

ELQ

JORNAL ANO XIX

20 anos
o reverdescer
de Abril

PORTE
PAGO



ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

DIRECTOR: Patuleia Mendes

MENSÁRIO
Nº 231

ABRIL 1994
PREÇO: 110\$00



25 de Abril...

*e a Liberdade emergiu
da noite, da guerra e de nós*

14 de Maio: vem dizer sim a 20 anos de afirmação
na sociedade

Inauguração da Exposição sobre a Guerra Colonial

Para mostrar
à nova geração
o sacrifício
da nossa



Pág. centrais

Em debate profundo a AGN aprova todos os
documentos em discussão

Pág. 4

Direcção Central apresentou cumprimentos ao novo CEMGFA



No Estado Maior General das Forças Armadas, o almirante Fuzeta da Ponte, recebeu no dia 20 de Abril, o presidente e o 2º

secretário da Direcção Central, a quem foram apresentados cumprimentos pela sua recente nomeação para a Chefia da mais alta estrutura das Forças Armadas e dar conhecimento das preocupações e reivindicações da ADFA.

Dos assuntos mais especialmente abordados na audiência, destacamos a entrega das Recomendações aprovadas na 6ª Conferência, do "dossier" das reivindicações legislativas oportunamente apresentadas no Ministério da Defesa Nacional e ali em estudo. Realçamos os projectos relativos ao Estatuto do Deficiente Militar, os Escalões, a Acumulação

das Pensões, a Gratificação pelo Serviço de paraquedista, os Acidentes durante o cumprimento do dever militar e as Graduações.

O almirante Fuzeta da Ponte foi alertado para algumas situações mais sensíveis que se vêm verificando nos hospitais militares, no que se refere à humanização do atendimento e do fornecimento de ajudas técnicas, em especial material ortoprotésico.

Foi também realçada a situação referente à dificuldade criada aos DFA's nas deslocações, para tratamento, ao estrangeiro, pelo que foi sensibilizado aquele alto responsável militar, para as capacidades e respostas objectivas que a muitas daquelas necessidades pode trazer um melhor e mais eficaz funcionamento do Lar Militar.

Audiência com o Secretário de Estado da Cooperação

Na manhã do dia 17 de Março, aproveitando a sua presença em Lisboa por mais uns dias após a realização da 6ª Conferência Internacional sobre Legislação de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, da FMAC, foram recebidas no Palácio das Necessidades da Cooperação, as delegações Angolana e Moçambicana, que na ocasião foram acompanhadas pelo Secretário de Estado dos Antigos Combatentes de Angola, e enviado espe-

cial do Presidente da República daquele País à Conferência, tal como elementos da Direcção Central da ADFA.

O dr. Biosa e Gala, acompanhado pelo seu Chefe de Gabinete, ouviu as preocupações dos nossos amigos Africanos, muito em especial a extensa explanação das realidades e problemas com que Angola se confronta no que se refere à reinserção social dos deficientes que a guerra produziu e dos Combatentes já desmobilizados e

a desmobilizar, em intervenção carregada de emoção e sentimento.

Na audiência que teve uma lata duração, aquele responsável insistiu na apresentação de projectos objectivos por parte das organizações não governamentais, dos países presentes, disponibilizando dentro das possibilidades da Secretaria de Estado da Cooperação apoio e fundos, que para tais áreas também poderão provir da própria Comunidade Europeia.

Audiência com o Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional

O Secretário de Estado dos Antigos Combatentes de Angola, Pedro Van-Dúnm e o 1º secretário da Direcção Central da ADFA, Patuleia Mendes, foram recebidos pelo Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, Pinto Cardoso, a quem aquele dirigente Angolano voltou a indicar as necessidades, essencialmente de formação, que os deficientes e os Antigos Combatentes Angolanos, carecem para se reabilitar e integrar socialmente.

Pinto Cardoso, muito

atento e interessado neste tipo de cooperação, solicitou, tão rápido quanto possível, o envio de projectos objectivos para aplicação no terreno, os quais poderão ser inclusivamente, se desejado, pelos nossos companheiros Angolanos, ser encaminhados e acompanhados em Portugal pela ADFA, no sentido de se obviar à sua mais rápida apreciação e aplicação.

A nossa Associação, uma vez mais, manifestou aos responsáveis governamentais contactados e às organizações congéneres

de Angola Moçambique e Guiné, presentes naquele momento em Portugal, toda a sua disponibilidade, não só para acompanhar projectos específicos dirigidos às entidades competentes Portuguesas ou da Comunidade, como incentivar Protocolos na área de Formação de quadros, ou outros, no sentido de inter ajuda solidária, que possa contribuir para a resolução dos problemas com que se debatem as populações daqueles Países irmãos, sobretudo os deficientes

Meses de pagamento - Maio e Junho de 1994

De harmonia com a Portaria nº172/94, do Ministério das Finanças, datada de 28 Março, o Imposto Municipal sobre veículos, vulgarmente conhecido como Selo de automóvel, relativo ao ano 1994, estará a pagamento durante os meses Maio e Junho.

O Selo Isento, no valor de 60\$00, também deverá ser adquirido no mesmo prazo e só poderá ser aplicado a um único veículo de que seja proprietário o deficiente, com incapacidade igual ou superior a 60%.

Divulgam-se seguidamente as tabelas relativas ao imposto a pagar, quer para veículos automóveis a gasolina e gasóleo, quer para motociclos, tal como algumas disposições genéricas daquela Portaria.

IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE VEÍCULOS

Ano de 1994

MAIO E JUNHO

AUTOMÓVEIS

Tipo de Combustível		Ano de Matricula		
Gasolina Cilindrada Cm3	Gasóleo Cilindrada Cm3	Até 6 anos 1.º Escalão 1994 a 1989	Mais de 6 anos Até 12 anos 2.º Escalão 1988 a 1983	Mais de 12 anos até 25 anos 3.º Escalão 1982 a 1970
Até 1000	Até 1500	2200 Esc	1100 Esc	500 Esc
De 1001 até 1300	De 1501 até 2000	4500 Esc	2200 Esc	1000 Esc
De 1301 até 1750	De 2001 até 3000	7200 Esc	3500 Esc	1500 Esc
De 1751 até 2600	Mais de 3000	18.300 Esc	8800 Esc	3300 Esc
De 2601 até 3500	—	29.300 Esc	14.000 Esc	6500 Esc
Mais de 3500	—	52.000 Esc	24.000 Esc	9900 Esc

MOTOCICLOS

Cilindrada Cm3	Ano de Matricula		
	Até 5 anos 1.º Escalão 1994 a 1990	Mais de 5 anos Até 10 anos 2.º Escalão 1989 a 1985	Mais de 10 anos Até 15 anos 3.º Escalão 1984 a 1980
De 180 até 250	400 Esc	—	—
De 251 até 350	700 Esc	400 Esc	—
De 351 até 500	2200 Esc	1100 Esc	500 Esc
De 501 até 750	7200 Esc	3500 Esc	1500 Esc
Mais de 750	14.700 Esc	7000 Esc	3300 Esc

Documentos necessários:

- Livrete e Título de Registo de Propriedade do Veículo.
- N.º Fiscal de Contribuinte.
- Impresso M/11 (Mod. 923 — INCM) devidamente preenchido.

Local do Pagamento:

O pagamento deve ser efectuado na área de residência ou sede do proprietário do veículo, conforme consta do Título de Registo de Propriedade.

Contudo, durante o período em que o pagamento possa ser efectuado sem qualquer acréscimo, a aquisição dos dísticos respectivos, pode ser efectuada em qualquer Tesouraria da Fazenda Pública.

(Circular n.º 33/88, de 09 de Setembro, e Offício-Circular n.º 87/89, de 15 de Setembro, da D.G.T.)

● ASSISTÊNCIA MÉDICA, PSICOSSOCIAL E JURÍDICA ●

CLÍNICA GERAL
Médico: Dr. Brito
2.ª Feira 13:00h
4.ª Feira 17:00h

PSIQUIATRIA
Médico: Dr. Proença
5.ª Feira 09:30h

PSICOLOGIA CLÍNICA
Dr.ª Fátima Cruz
2.ª Feira 14:00h às 18:00h
4.ª Feira 14:00h às 18:00h

SERVIÇO SOCIAL
Dr.ª Fátima Almeida
2.ª, 4.ª e 6.ª Feiras
09:00 às 12:00h/14:00 às 18:00 h

Marcações: D. Josefa

GAB. JURÍDICO

Dr. António Carreiro
3.ª e 5.ª Feiras
14:00 às 18:00h

• c/marcação prévia, (não se dão consultas aos telefones)

Marcações: D. Helena Afonso

Solicita-se a todos os associados, que sejam feitas as marcações das consultas com antecedência pelos telefones 7570502/0583/0422/0645/0702/0781

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Av. Padre Cruz — Edifício ADFA — 1600 LISBOA — TELEFS.: 7570422/0502/0583/0645/0702/0781 — FAX 7571319

TRANSPORTES: Autocarros, 3 e 47, em frente ao Lar Militar, a 150 metros da ADFA. Aconselhamos a que se tome o metropolitano até à estação do Campo Grande e que aí se apanhe os referidos autocarros.



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 757 05 02 — Fax 757 13 19
Dep. Legal — ESGMJ — 105068
Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 11 000 exemplares

DIRECTOR: Patuleia Mendes
REDACÇÃO: Armino Roque
António Carreiro, José Maia, Abel Fortuna, António Neves, João Gonçalves
MAQUETAGEM: Carlos Jacinto
FOTÓGRAFO: Farinho Lopes

Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 1100\$00

Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:

Europa: 1800\$00
Fora da Europa: 2100\$00
Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1300\$00

14 de Maio, vinte anos de afirmação e solidariedade

No próximo dia 14 de Maio, a nossa associação comemora 20 anos de existência.

Fruto do produto mais marcante de 13 anos de guerra e da vontade oprimida de não ter sido possível organizarmos-nos antes, a ADFA seria criada imediatamente a seguir ao vinte e cinco de Abril de 1974, com a pujança e fulgor que a continuam a manter viva e dinâmica, 20 anos depois, momento por excelência para nos reunir-mos, reflectir-mos e conviver-mos.

As comemorações na Sede mantêm três facetas distintas e complementares:

“EXPOSIÇÃO SOBRE A GUERRA COLONIAL UMA HISTORIA POR CONTAR”

Esta mostra que nos une simbólicamente e vividamente ao

20º aniversário do 25 de Abril e do 14 de Maio, é um repositório documental enriquecedor, que merece a visita de todos nós.

“ENCONTRO SOBRE OS DEFICIENTES E O 25 DE ABRIL”

Vertente virada para a reflexão, o Encontro que ADFA promove no dia 13 de Maio, pelas 18.30h, na biblioteca da Sede Nacional, actividade dinamizada pelo Grupo de Trabalho que estuda as “Formas de Tratamento dos Deficientes”, para o qual se convidaram todas as organizações de e para deficientes e onde se espera a presença activa e interveniente dos associados, muito em especial daqueles que têm ou tiveram responsabilidades associativas.

O encontro será dirigido pelo presidente da Direcção Central e moderado por Lavouras Lopes, do Grupo de Trabalho, receberá as intervenções por parte da ADFA de Manuel Lopes Dias, Abel Fortuna, Lomelino Victor e Manuel Dantas, de representantes da UCNOD e da ACAPO e de João Lopes Ferreira, economista e especialista em reabilitação.

Muito se espera deste encontro e do diálogo consequente que se deverá manter durante o jantar a servir, para os que o desejarem, no Restaurante.

14 DE MAIO: O DIA ASSOCIATIVO

A par da última oportunidade para a visita à exposição e ao seu encerramento oficial, encontrar-nos-emos no almoço de convívio, no

dia 14 de Maio, cujo custo será de 900\$00 por pessoa, não incluindo serviços de bar.

Para este momento de confraternização e solidariedade, espera-se a presença de muitos associados, a quem se pede a confirmação de inscrições, quer para a Sede, quer para as Delegações e Núcleos.

Nestas actividades prevêem-se a divulgação de uma brochura sobre os “Vinte anos da ADFA” e a cunhagem de um medalhão evocativo.

Vamos dizer sim à ADFA, vamos dizer presente à nossa força, vamos com as nossas famílias olhar de frente o futuro.

Vem! Inscreve-te! Convive!

Comemora vinte anos da nossa juventude comum!

EDITORIAL

Os homens e as sociedades em que se constituem, têm em geral memória curta, o que os leva quantas vezes a minimizar os benefícios recentes e actuais, parabolizando erros e falhas, fazendo sobressair à sua memória, e com erros de paralaxe, de forma branda e desculpabilizante, calamidades antigas, quantas vezes consideradas virtudes benéficas.

Faz-nos meditar assim uma série de sucessos recentes, que nos parecem experimentação da força da democracia, que tentam branquear, não se sabe em nome de que ordem, sistemas policiais persecutórios e repressivos, critérios discricionários de detenção sem culpa formada, inexistência de absoluta liberdade de expressão e informação, tentando o enaltecimento da guerra pela guerra, no sentido unívoco de patriotismo, que esquece terem os povos das ex-colónias portuguesas o mesmo direito à sua soberana escolha da cidadania e regime.

Sorrisos de mulheres e crianças misturaram-se, no entanto, com as lágrimas de sonhos transformados em esperança, de tantos homens que à 20 anos viram alvorecer, de uma noite de décadas, uma madrugada nova, e era imperioso, fundamental mesmo, que a beleza desses risos e a verdade dessas lágrimas, entrelaçados por braços armados dos Capitães sem sono, fossem na verdade transmitidos como testemunho à geração que, com 20 anos, ainda não tinha compreendido, porque nunca explicado, o sacrifício daqueles que lutaram surda ou activamente, para que a liberdade de que desfrutaram, fosse uma realidade constitucionalmente expressa.

Sabemos que, como cidadãos, os deficientes das Forças Armadas contribuíram para a consciencialização dos militares que entenderam que Abril deveria nascer. Sabemos que de nós e daqueles que tomaram, sem ver a alvorada, se espargiram os serrares de dentes e a raiva daqueles que conosco “comiam” o pó da picada e serravam punhos de raiva pela manutenção de uma guerra inútil e evitável. Também sabemos que desse gesto abnegado, surgiu o direito de livre associação, que permitiu organizarmo-nos a 14 de Maio de 74 e construir esta casa que nos acolhe e incentiva na luta do dia a dia.

Para nós é claro que se a nossa dádiva é móbil para o 25 de Abril, foi ele que permitiu também a fundação da ADFA em 14 de Maio. Não esqueceremos tão pouco que a ligação entre as duas datas constitui um marco Histórico na sociedade portuguesa, datas históricas que permitiram o acesso à liberdade e à cidadania da população do nosso país e o reconhecimento de que o deficiente de Portugal, é homem de corpo inteiro, no trabalho exaustivo que a associação das Forças Armadas pode levar a cabo, alterando mentalidades, removendo barreiras culturais, tornando na realidade os deficientes militares em elementos activos e intervenientes, na busca de uma sociedade mais justa, onde todos tenham o mesmo direito a viver e ser felizes.

Direcção Central

PROGRAMA

Exposição sobre o tema “Guerra Colonial”, já exibida em Vila Nova de Famalicão, que se manterá em exibição até dia 14 de Maio.

.Local: Auditório ADFA

Dia: 13 Maio 94 - Sexta-Feira
Hora: 18.30 horas

- Encontro: “Movimento Associativo de deficientes antes do 25 Abril até aos nossos dias :

- Interventores: TCor. Lopes Dias (ADFA)

(Prováveis) Abel Fortuna (ADFA)

Dr. João Lopes

Lomelino Victor (ADFA)

Manuel Dantas

UCNOD

ACAPO

. Pres. mesa: José Arruda/moderador: Lavouras Lopes (grupo de trabalho sobre formas de

Local: Biblioteca ADFA

. - Lançamento de uma brochura (20 anos, ADFA)

Obs.- O restaurante da ADFA estará preparado para servir jantares a quem desejar afim de se poder dar continuidade ao encontro.

Dia: 14 Maio 94 - Sábado

Hora: 13.00 horas

Comemoração “20 anos ADFA”

- Almoço confraternização/Lançamento do medalhão comemorativo “20 anos ADFA”

OBS. - Serviço Associativo e Cultural (trata das inscrições para o almoço, 900\$00 não inclui serviço de bar)

- Marcações D^ª. Elizabete, Tels. 7570502/83 - até 13 de Maio.

- Lançamento do medalhão comemorativo “20 anos ADFA”

SELF SERVICE BAR

Refeições diárias incluindo sábados, domingos e feriados

HORÁRIOS DE REFEIÇÕES

Almoço das 12:00 às 14:00

HORÁRIO DO BAR

10:00 às 22:30

A refeição: sopa, prato guarnecido, pão e sobremesa — 600\$00

Frequentar o SELF SERVICE e o bar é implementar e incentivar um serviço que se quer de qualidade, ele é para ti, porque tu o mereces.



GESTÃO E EXPLORAÇÃO DE RESTAURANTES DE EMPRESAS, LDA

SALA DE REFEIÇÕES



SERVIÇO DE RESTAURANTE

Serviço diário de almoço e jantares incluindo sábados, domingos e feriados, com o ambiente e qualidade que apostamos, em te proporcionar.

HORÁRIO DE REFEIÇÕES

Almoço das 12:00 às 14:30

JANTAR das 19:00 às 22:00

Vem e verás que é verdade

Ampla participação dos sócios

Texto de ARMINDO ROQUE
Fotos de FARINHO LOPES

A Assembleia Geral Nacional Ordinária aprovou, no dia 16 de Abril à tarde, na Sede, o Relatório do de Actividades e Contas da Direcção Central e o Parecer do Conselho Fiscal Central. Aprovou também o aumento das quotas para o ano de 1995 para 500\$00. Foram ainda analisadas as posições da ADFA sobre o Monumento aos Combatentes do Ultramar, a construção da Sede e a 6ª Conferência. Compareceram 137 sócios que durante mais de sete horas debateram de forma muito participada os problemas associativos.

O Relatório de Actividades e contas começou por ser apresentado pelo 1º secretário da Direcção Central, Patuleia Mendes, que realçou o facto de o mesmo ter sido publicado na íntegra no "ELO".

Falou depois da mudança de Sede, processo que começou em 1979, e que culminou com uma Sede de raiz a 19 de Novembro 1993.

Falou em seguida sobre a legislação e disse que embora a 6ª Conferência se tenha debruçado sobre esta matéria, o carácter reivindicativo da ADFA não se esgotou aí.

Referiu-se depois à problemática dos "lares", ao facto de, pela primeira vez, ter sido assumido pelo Governo, que os deficientes das Forças Armadas considerados sem relação com serviço, possam ser objecto da responsabilidade do MDN, dos filhos dos DFA's ficarem isentos do serviço militar obrigatório, falou também da problemática das viúvas.

Debruçou-se seguidamente sobre a vida associativa, e afirmou que esta tem sido implementada, tem havido bastante diálogo e que as críticas que têm aparecido são muito úteis.

Foram depois apresentadas as contas pelo tesoureiro da Direcção Central, Armindo Matias, que começou por realçar o facto de estarmos hoje neste belíssimo edifício, que deve constituir motivo de muito orgulho para todos nós.

Disse ainda que só se mantinha ainda em actividade, por uma questão de solidariedade para com os outros membros da Direcção Central, mas afirmou-se desejoso de passar a "pasta".

Depois destes considerando passou à apresentação das Contas, referiu-se ao imobilizado e explicou que existem defeitos na estrutura da construção da Sede, e por isso há um contencioso com a empresa construtora, pelo que não foi possível fazer o acerto final de contas com a mesma.

Informou que já estão investidos na Sede 35 mil contos de capital da Associação e que será necessário investir, provavelmente, cerca de mais de 35 mil.

Sobre o facto do resultado do exercício ser inferior ao do ano passado, afirmou que isso se deve à actual situação de crise que vivemos, e à qual não poderíamos deixar de nos ressentir.

Na demonstração de resultados, na rubrica de fornecimentos de serviços externos, esta passou de 29 para 49 mil contos, porque houve um movimento anormal devido à mudança da Sede.

Na rubrica sobre o subsídio anual que nos é atribuído pelo MDN, foi este ano maior, porque houve subsídios extras, nomeadamente no âmbito do apoio à nossa participação na FMAC, como aliás também está a acontecer este ano, com a atribuição de um subsídio de cerca de 8 mil contos, para a realização da 6ª Conferência.

QUOTAS: 43 MIL CONTOS

No que diz respeito à quotização, o tesoureiro mostrou o seu regozijo pelo facto todas as delegações terem aumentado a sua quotização, assim como por um número cada vez mais elevado de sócios estar aderir ao sistema por desconto na conta bancária, cerca de 2500. Referiu que a cobertura das despesas administrativas pela quotização atinge já um valor de 43%, (correspondente a uma receita de 43 mil contos, contra os 35 mil do ano anterior) comparou esta percentagem com a cobertura que é feita pelo o subsídio do MDN e concluiu que houve uma diminuição na percentagem dessa taxa de cobertura do subsídio do Estado para 40%, isto foi considerado positivo, no sentido de que imprime uma menor dependência da ADFA relativamente ao subsídio Estatal.

A Tipografia para além de ter dado um lucro de mais de 9 mil contos, ainda participou com cerca de 14 mil contos para as despesas da Associação, foi considerada por Armindo Matias uma óptima aposta, que merece uma grande admiração pelo seu trabalho. Adiantou que se está neste momento a estudar a im-

plantação da tipografia em novas instalações e o seu reequipamento.

Quanto à Formação Profissional, anunciou que este ano haverá um novo acréscimo de fundos para 128 mil contos.

A terminar, Armindo Matias, alertou para o facto de que o equilíbrio financeiro existente, não nos deve levar a descorar o futuro, por isso temos que rentabilizar as instalações que temos.

Teceu uma palavra de louvor para as delegações, que têm respondido de forma positiva à política definida pela Direcção Central, de autonomizar as mesmas e de centralizar a contabilidade.

Afirmou a sua total disponibilidade para responder a todas as dúvidas que lhe fossem colocadas.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Depois desta intervenção falou o presidente do Conselho Fiscal Central, António Neves, que afirmou assumir a responsabilidade que lhe cabe, e que pautou a sua actuação com sentido crítico. Referindo-se às Contas, disse que as mes-

das viaturas da Associação para uso particular. Foi-lhe respondido que por vezes se prestam alguns serviços a sócios, desde que por razões justificadas. Se o associado tiver posses, esses serviços são pagos.

O sócio Lavouras Lopes afirmou que é bom estarmos numa nova Sede, mas interrogou se não corremos o perigo de termos de pagar uma "renda". Passou a responder dizendo que pensava que sim, e que a teríamos de pagar com o nosso silêncio e renúncia do nosso passado. Afirmou mesmo que se nota um acanhamento na participação associativa e que os sócios são desmotivados a participar.

Mais adiante disse que temos dificuldades de atendimento no HMP e que a acção da Direcção Central é muito tímida, e inclusivamente afirmou que uma pessoa responsável no HMP, lhe disse que os DFA's ainda iam conseguindo alguma coisa porque são incómodos.

Continuando a sua intervenção Lavouras Lopes afirmou que a Direcção Central se demitiu do seu papel de alterar as mentalidades, que o SNR se descaracterizou, que nem uma

parte dos nossos associados não são considerados DFA's e alguns nem sequer têm direito a uma pensão, nem a assistência médica. Pronunciou-se no sentido dum melhor aproveitamento da Sede, nomeadamente no âmbito da dinamização associativa.

A Direcção Central, pela voz de Artur Vilares, 2º Secretário, após esta primeiras intervenções, usou da palavra para responder às questões colocadas.

Acerca de uma crítica sobre o mau estado em que estão os terraços da Sede, explicou que houve de facto bastantes conflitos com o empreiteiro, mas que está retida uma verba, que ainda não foi paga ao mesmo e que só o será, se e quando, tudo estiver devidamente testado.

Quanto à questão das cilindradas dos automóveis terem subido para 2000 cm.³, não a considera exagerada, tanto mais que são necessários carros grandes para poder albergar as cadeiras de rodas.

O presidente do Conselho Fiscal Central, António Neves, lembrou que o parecer do Conselho Fiscal Central não se substitui aos

despesas de representação, António Neves afirmou que depois de discutido o assunto com a Direcção Central, ficou decidido que os membros do Conselho Fiscal Central pagariam a despesa desta confraternização do seu próprio bolso.

Abel Fortuna disse que depois dos esclarecimentos do Conselho Fiscal Central, continuou com as mesmas dúvidas sobre a não substituição do membro demissionário e propôs que os considerandos do parecer fossem retirados.

Lopes Dias considerou que estes problemas só chegam à discussão na AGN, porque a Direcção Central não informa devidamente os sócios e desta forma estes assuntos são falados nos "corredores".

Sobre o problema das "prendas" o sócio Machado, afirmou que o que conta é a intenção, e essa não foi boa, ao que o presidente do Conselho Fiscal Central respondeu que tudo quanto se diga sobre estas despesas, é "calúnia", uma vez que as mesmas não foram de facto pagas pela associação.

O presidente da Direcção Central disse que ninguém está a utilizar dinheiro em benefício próprio. O que aconteceu é que foi discutido se aquelas despesas deveriam ser ou não inseridas como despesas de representação, e o Conselho Fiscal Central entendeu que as deveria pagar.

Sobre os ataques feitos ao "ELO" e à Direcção Central, José Arruda afirmou que a ADFA não está vendida ao Governo, que saímos do Palácio, mas com as condições que pusémos, e de uma forma digna e que viemos para junto do Lar Militar, conforme queríamos.

CRÍTICAS INTELIGENTES E CONSTRUCTIVAS

Considerou que as críticas acutilantes que nesta AGN estavam a ser feitas, eram por pessoas que pretendem ajudar a ADFA, que a ADFA é forte porque tem sócios que fazem críticas inteligentes e constructivas, e que é por isso que as altas instâncias nos reconhecem.

Referiu-se seguidamente ao facto de já terem sido reconhecidas algumas das reivindicações legislativas apresentadas na 6ª Conferência, nomeadamente sobre a problemática do Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa, disse que a ADFA não teve complexos em afirmar que a Cruz Vermelha não era a entidade mais vocacionada para o gerir.

A terminar afirmou que a "nossa tarefa é ouvir os sócios como estamos a fazer



mas têm um aspecto meramente técnico, e que não existem quaisquer problemas de contabilidade, que está em boas mãos, e não tem a mínima dúvida de que todas as normas estão a ser cumpridas, pelo facto de os parabéns ao tesoureiro.

Passou-se em seguida à leitura do Parecer do Conselho Fiscal.

Depois de apresentados estes três documentos deu-se a palavra aos sócios.

O presidente da Direcção da Delegação de Castelo Branco, José Garrido interviu para justificar atraso na entrega do Relatório de Actividades daquela Delegação e afirmou que foi a primeira vez que tal aconteceu nestes 19 anos.

Falou em seguida Catirino Salgado, que pediu explicações sobre a utilização

única pessoa lá temos que trate dos nossos assuntos, que há um desaparecimento progressivo da solidariedade entre nós e que na base disto tudo está a nossa dependência económica para "pagar" a Sede e o subsídio do MDN. Por estas razões devemos caminhar cada vez mais no sentido da nossa autonomia económica, e que para esse efeito tinha apresentado uma proposta à Direcção Central, sem obter até ao momento qualquer resposta.

Terminou a sua alocução lançando um desafio ao presidente da MAGN, para que convocasse uma AGN extraordinária para debater estes assuntos.

José Maia, de Coimbra, aconselhou todos a reflectirem profundamente nestas "importantes palavras" e apelou também à solidarie-

associados na MAGN.

Sobre a demissão, a seu pedido, de um membro do Conselho Fiscal Central, António Almeida Santos, por não se encontrar de acordo com a actuação do Conselho Fiscal Central, nada informou, quanto à sua substituição, António Neves disse que não é obrigado a substituí-lo, porque o Conselho Fiscal Central ainda tem "quórum", e não encontrou ninguém disposto a trabalhar com o Conselho Fiscal Central.

Sobre a problemática das prendas oferecidas pelo Natal aos membros da Direcção Central e respectivas esposas, garrafas de vinho do Porto de 1974 e "bombons", que deveriam ser pagas pelo Conselho Fiscal Central, com os fundos que lhe estão atribuídos para



aqui" e que a Direcção Central não depende do Poder, e se mais não se fez foi por "impossibilidade humana e não por estarmos envolvidos em alguma estratégia com o Poder". A rematar disse que "...enquanto esta Direcção Central aqui estiver, ninguém cá põe o pé, seja com esquerdo ou com o direito".

STRESS DE GUERRA

Durante o decorrer da AGN foi bastante discutido o surgimento de uma Associação que tem como

quer falarem neste assunto, que consta do seu programa, apresentado nas eleições.

José Maia disse serem bem vindas todas as associações, que este é um assunto muito complicado e que devemos discutir internamente com muita profundidade.

Artur Vilares, da Direcção Central, afirmou que nunca este problema deixou de ser preocupação da ADFA, que existem bastantes sócios que já estão abrangidos, inclusivamente cerca de meia centena em situação de

vazio "A terminar afirmou que a ADFA ofereceu de "bandeja" ao poder essa divisão, deve portanto este assunto ser amplamente discutido.

Jorge Maurício disse constar o "stress de guerra" do programa eleitoral da actual Direcção Central e que foi por incúria nossa que esta nova associação surgiu.

Abel Fortuna considerou incorrecta a resposta dada pelo CFC, ao nosso associado Inácio

António Calvino considerou que a criação dessa associação, lhe fazia lembrar uma pergunta que lhe fizeram há vinte anos, sobre a razão de se criar a ADFA, uma vez que já existia a Liga. Por isso não via nenhum mal em que surgisse esta associação.

José Arruda disse que admitia que se podia ter feito mais sobre esta matéria, mas que é um assunto que preocupa esta Direcção Central.

Lembrou que foi a ADFA, que antes de todos em Portugal, tratou deste assunto, em 1987, quando realizámos o 1º Simpósio Internacional sobre Stress de Guerra.

CRÍTICAS AO ELO

O nosso jornal foi também objecto de bastantes críticas por parte dos associados.

Lopes do Barreiro, afirmou que o "ELO" não defende os deficientes das Forças Armadas, que os problemas importantes, os dos sócios da ADFA são escondidos, e que em contrapartida as realizações do Governo aparecem em grandes parangonas.

António Calvino considerou que o actual "ELO" não tem nada a ver conosco. Referiu-se particularmente ao anterior número, onde aparecia destacado o Marechal Spínola, e que isso era sinal de que estamos hoje enfeudados a algo que já combatemos

Depois de algumas emendas de pormenor os documentos foram postos a votação e aprovados por maioria de votos, o Relatório de Actividades da Direcção Central foi aprovado por maioria com 3 votos contra e 8 abstenções, as Contas com nenhum voto contra e 7 abstenções e o Parecer do Conselho Fiscal Central, com 11 votos contra e 24 abstenções.

ACTUALIZAÇÃO DAS QUOTAS

Este ponto contrariamente ao que tem acontecido em assembleias anteriores não ofereceu discussão. Foram feitas curtas intervenções por José Maia de Coimbra e Lopes do Barreiro, para que os sócios fossem incentivados ao pagamento das quotas com a criação de mais serviços em seu benefício tanto na Sede como nas delegações. Foi aprovada, por maio-

ria, com dois votos contra e 6 abstenções, a proposta da Direcção Central, que tendo em linha de conta a inflação e o aumento das pensões, propôs que as quotas para 1995 fossem aumentadas para 500\$00 mensais.

ENVOLVÊNCIAS DA CONSTRUÇÃO E DA INUGURAÇÃO DO MONUMENTO AOS COMBATENTES DO ULTRAMAR

Eram já quase 20:00h quando se começou a debater o 4º ponto da Ordem de Trabalho, altura em que mais de metade, dos 137 sócios que participaram nesta AGN, abandonaram a sala.

Artur Vilares, 2º Secretário da Direcção Central, fez uma explanação, na sua qualidade de delegado da ADFA na Comissão Executiva desse Monumento, começou por afirmar que a sua principal função foi defender uma posição onde todos os ex-combatentes se sentissem identificados e que isso foi conseguido, pois não se deixou que o Monumento tivesse descambado como uma mensagem passadista. Chamou a atenção para o facto de este assunto já ter sido discutido noutras AGN's e que isso passou despercebido a alguns sócios, que por essa razão também tiveram a sua quota parte de culpa.

Informou depois que houve uma proposta apresentada no CN onde foi decidido que a ADFA deveria ser mais acutilante nesta matéria e que a delegação do Porto ficou responsável por tratar desta questão.

Interviu seguidamente Lavouras Lopes, que declarou que foi sonogada informação aos sócios sobre esta matéria, e que ele próprio só foi informado pelos órgãos de comunicação social, nomeadamente que tinha havido uma proposta para que a Associação 25 de Abril, o Clube da Armada, a Associação de Sargentos, integrassem a Comissão Executiva e que essas propostas foram vetadas e que em contrapartida, a SHIP que não tem nada a ver com a Guerra Colonial, pertencia à Comissão.

Considerou também que, para além do insulto ao presente da República, o insulto maior foi feito à própria ADFA, porque utilizaram a nossa associação para que este Monumento pudesse ser construído, pois era a única organização com prestígio naquela Comissão Executiva.

Lavouras Lopes mostrou-se bastante indignado com os acontecimentos do dia da inauguração do Monumento, e com o facto de ter sido necessário que três sócios, (Lopes Dias, Silvério Rodrigues e Lavouras Lopes) tomassem a iniciati-

va de falarem com os Órgãos Centrais e só com "dificuldade" conseguiram que estes assumissem uma posição no próprio dia, congratulou-se no entanto por se ter obtido um consenso.

Na continuação da sua intervenção protestou contra o facto de o Conselho Fiscal Central ter tido a intenção, conforme expressou no seu relatório semestral, de mover um processo disciplinar a estes três associados, o que só não fizeram por não lhe ter sido comunicado oficialmente pela Direcção Central.

Falou depois Jorge Maurício, que citou a revista "Referencial", da Associação 25 de Abril, em que a mesma afirmava que a ADFA foi utilizada para "branquear" a actividade da Comissão Executiva, em seguida disse aquele Monumento nasceu torto e há-de ficar sempre maculado. Sobre a Comissão considerou que ela ficou extinta com a

Zeca Afonso e disse "Não nos obriguem avir para a rua".

Subscreveu em seguida a realização de uma AGN para debater estes problemas.

Esta intervenção foi bastante aplaudida.

Falou depois José Teixeira do Porto, que começou por afirmar que não nos podemos deixar levar muito pelas emoções e que o que interessa neste momento é que o Monumento existe.

Disse depois, que por muito respeito que tenha pela Associação 25 de Abril, estar farto de levar "bofetadas com luva branca" do "Referencial" (Órgão daquela Associação). Disse que o Monumento é digno e foi inaugurado pelo Presidente da República, e como tal, que os "passadistas" foram derrotados e que prevaleceu a voz daqueles que estavam contra a guerra.

Afirmou depois que temos de ter a calma suficien-



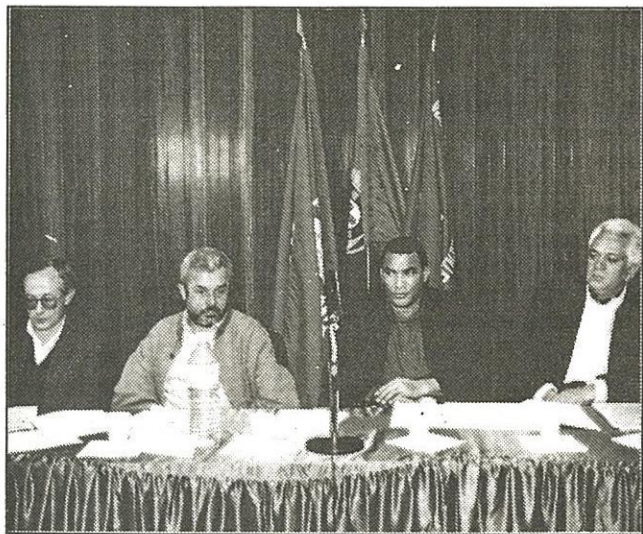
Mesa da Assembleia Geral

objectivo defender os antigos combates com distúrbios pós-traumáticos causados pelo stress de guerra, e que teve a sua génese nos antigos combatentes que recorrem aos Serviços de Psicoterapia Comportamental do Hospital Júlio de Matos, dirigido pelo professor Afonso de Albuquerque.

O problema foi levantado pelo nosso associado Inácio que afirmou que há vários anos que anda a alertar a Direcção Central da ADFA para este problema e que a mesma tem fei-

campanha, mas que não se lhe pode dar um tratamento diferente das outras deficiências, pois a ADFA está vocacionada para tratar de todas, quer sejam cegos, paraplégicos ou qualquer outra. Disse ainda que existem vários caminhos para se atingirem os objectivos e a Direcção Central tem seguido aquele que considera mais correcto.

Acerca da afirmação de hipocrisia, sobre o facto de o Parecer do CFC não falar sobre este assunto, António Neves disse que nem sequer respondia. Esta afirmação



Concelho Fiscal Central

to "orelhas moucas" e que inclusivamente já nem sequer existem consultas sobre "stress". Esta atitude teria levado os ex-militares que têm problemas a deixarem de confiar na ADFA e como tal a criarem uma nova Associação que pode constituir uma divisão no seio dos DFA's, acusou ainda os relatórios da DC e do CFC de estarem cheios de hipocrisia por nem se-

mereceu de imediato apupos por parte de alguns elementos da assembleia.

Lavouras Lopes afirmou que este é um problema preocupante, que está em perigo a divisão da ADFA, que sendo esta "um factor de estabilidade", como disse o Presidente da República, deixámos um espaço livre, abrimos o flanco, e apareceram pessoas que aproveitaram esse espaço



Direcção Central

inauguração do Monumento e qualquer uma que se advogue como tal, é ilegal. Deverá ser criada uma Comissão para o Museu a construir no Forte do Bom Sucesso, junto ao Monumento, ou então o mesmo poderá ser montado pelo Museu Militar ou pode ter um carácter associativo.

Usou em seguida a palavra Catarina Salgado que afirmou que em 1987 esse assunto foi vivamente discutido e que se optou por se continuar no interior da Comissão.

Insurgiu-se contra o facto de o Conselho Fiscal Central querer mover um processo aos três sócios, como se esses tivessem maltratado alguém ou tivessem roubado alguma coisa.

Congratulou-se também com o facto de os Órgãos, embora empurrados, terem tomado uma posição correcta quanto aos insultos feitos ao Presidente da República.

António Calvino pronunciou-se no sentido de considerar que conseguimos recuperar a nossa imagem. Afirmou depois que a ADFA não é só "filha" do 25 de Abril mas também motor. Indignou-se com o convite feito a Alpoim Calvão para estar presente no Colóquio da ADFA, porque temos de ter muito cuidado com a nossa dignidade. A propósito referiu-se a

te para saber impor a nossa posição e não ficar sempre a falar na mesma coisa, como o faz o "Referencial, que neste mês, em vez de falar nos debates em que se tem envolvido a Associação 25 de Abril, e onde não tem sabido manter uma posição de forma a manter a dignidade do 25 de Abril, só fala no Monumento.

Falou depois, em nome da Direcção Central, Patuleia Mendes, que sublinhou o facto de o Presidente da República saber muito bem os riscos que iria correr e que apesar de tudo fez questão em inaugurar o Monumento, e lembrou, que foi a ADFA que impôs à Comissão a sua presença.

Quanto à Associação 25 de Abril, disse que temos boas relações com a mesma e que não existe nenhum litígio grave.

Quanto ao problema do processo que o Conselho Fiscal Central queria instaurar aos três sócios, esclareceu que não seria pela atitude que tomaram, mas sim por alguns "excessos de linguagem".

Quanto ao Museu afirmou existirem diversas correntes filosóficas e que é necessário discutir este assunto, pois este deve ter um carácter humanista, não deve ser uma exaltação à guerra.

Quanto à presença de Al-



Texto de ARMINDO ROQUE • Fotos de FARINHO LOPES

As comemorações do 25 de Abril pautaram-se este ano por uma intervenção mais activa da ADFA na Comunidade e sobretudo junto dos jovens.

Realizou-se um Colóquio sobre a descolonização, onde Carlos Fabião e Alpoim Calvão tentaram provar que as culpas dos "erros" cometidos na descolonização, foram essencialmente da responsabilidade do poder político do "Antigo Regime" e que as Forças Armadas cumpriram o seu dever e deram tempo mais que suficiente para que fosse encontrada uma solução política digna para a Guerra Colonial.

A ADFA juntou-se de forma activa às comemorações do 25 de Abril da Junta de Freguesia do Lumiar, que se realizaram no dia 24 de Abril, na nossa Sede, com uma sessão da Assembleia da Junta, para a qual foram convidados o presidente da Direcção da ADFA,

a Associação 25 de Abril e o professor César de Oliveira.

Da parte da tarde foi oferecido um "piquenício", na Quinta das Conchas, à comunidade local, para o qual foram convidados os sócios da ADFA e seus familiares. Nesta festa, abrilhantada pela Banda da CARRIS, houve oportunidade de se trocarem impressões sobre as preocupações desta junta no que concerne à problemática dos deficientes sobretudo as barreiras arquitectónicas.

No dia 25 de Abril foi inaugurada uma exposição organizada pelos alunos do Externato Infante D. Henrique, de Ruilhe-Beja, sob a orientação de José Manuel Lages, que desde há alguns anos tem vindo a desenvolver com os seus alunos, um trabalho exemplar de pesquisa sobre a Guerra Colonial, que foge às práticas normais de fazer História, utilizando um método pedagógico bastante avançado. Esta exposição que continuará disponível ao público até ao dia 14 de Maio, e tem merecido os mais rasgados elogios de diversas entidades, inclusive do Presidente da República, quando a visitou em Vila Nova de Famalicão.

A ADFA foi oficialmente convidada e esteve presente em todas as cerimónias que se realizaram em Lisboa. As delegações de Porto e de Viseu levaram também a cabo iniciativas bastante participadas.

No Auditório da Sede decorreu no passado dia 22 de Abril, às 18:30h, um Colóquio subordinado ao tema "Guerra Colonial, 25 de Abril e descolonização". Foram convidados para intervir o brigadeiro Manuel Monge (que se viu impedido de estar presente), o coronel Carlos Fabião, o comandante Alpoim Calvão e o Dr. Manuel Lages. Os trabalhos foram coordenados por Patuleia Mendes 1º Secretário da Direcção Central da ADFA.

Cerca de 25 pessoas assistiram ao colóquio que se prolongou até às 21:30h, a que se seguiu um jantar de convívio.

Patuleia Mendes abriu os trabalhos com uma pequena intervenção, onde começou por afirmar que o pequeno número de presenças talvez se devesse ao facto de ser um fim de semana prolongado.

Referiu em seguida que depois do fim da 2ª Guerra Mundial se assistiu a um movimento de descolonização em todo o mundo e que aqueles que se atrasaram

nesse processo, o pagaram bem caro, citou como exemplo a guerra da Argélia, em que a França esteve envolvida.

No caso de Portugal afirmou que foi uma guerra perfeitamente evitável, que exauriu a sociedade portuguesa de jovens. A população portuguesa duvidava da guerra, os mortos e os feridos que ela provocava alertavam profundamente as consciências. Disse depois que "nós temos muito orgulho de dizer que somos "Pai" do 25 de Abril apesar de sermos uma associação sua filha, pois foi devido à liberdade de associação que o 25 de Abril nos trouxe, que nos pudemos organizar livremente". Essa mesma liberdade que criou condições para que "hoje várias tendências pudessem estar sentadas à mesma mesa. A terminar disse que Democracia é também a capacidade de reflectir e pensar de forma diferente.

Para introduzir o debate sugeriu que se analisasse as quatro formas de descolonização que ocorreram: a de

Timor que foi rápida e violenta com a ocupação indonésia; a de S. Tomé e Príncipe, Guiné Bissau e Cabo Verde que decorreram com uma certa normalidade e as de Angola e Moçambique que foram seguidas de uma guerra civil.

A primeira intervenção coube ao coronel Carlos Fabião, que foi o responsável pela descolonização da Guiné, para além de ter sido Chefe do Estado Maior do Exército.

A GUERRA COLONIAL FOI UMA AVENTURA

Começou por afirmar que a Guerra Colonial foi uma "aventura" e que foi dado tempo suficiente para o poder político ter encontrado uma solução para o problema das colónias. Em seguida analisou as tentativas diplomáticas feitas por Spínola para negociar a autodeterminação da Guiné, com Léopold Senghor como mediano entre Lisboa e o PAIGC, (negociações onde

Carlos Fabião esteve directamente envolvido) e que Marcelo Caetano acabaria por inviabilizar em 1972. CARLOS FABIÃO considerou que houve por isso mais dois anos de percas. Marcelo Caetano viria em 1974 a ser obrigado a negociar de uma forma "vergonhosa" numa fase já de absoluta inferioridade. Muito grave foi também o facto, do então primeiro ministro, ter negociado com total desconhecimento dos comandantes das forças que dirigiam as operações.

O orador afirmou que a partir de certa altura já não existiam capitães do quadro, porque deixou de haver alunos suficientes na Academia para este efeito. Foi necessário "inventar capitães", e começaram a ser promovidos os melhores alunos do Curso de Oficiais Milicianos, que eram muito bons sob o ponto de vista operacional, mas muitos fracos em matéria de administração. Por outro lado, o "Maio de 68", ocorrido em França, teve também repercussões em Portugal e a determinado momento não havia já quem levasse os homens ao combate, e numa situação dessas não há nenhum exército que resista e acabou a mística da vitória.

O comandante Alpoim Calvão, que falou a seguir, começou por informar que estava em praticamente tudo de acordo com o que fora dito por Carlos Fabião.

Informou que fora convidado para integrar o MFA, mas que não aceitara por não concordar com a forma como queriam fazer a descolonização.

Quando à tentativa de Spínola em negociar com Senghor, considerou que foi a última ocasião de se conseguir uma autodeterminação para as colónias sob a égide da ONU. Assim, quando dois anos mais tarde se pretendeu negociar a descolonização, correu de tal forma "atabalhada", que acabaram por ser os próprios povos desses países a sofrer as consequências.

Alpoim Calvão considerou no entanto que Portugal fez algo que não tem paralelo, durante treze anos, e que as Forças Armadas "cumpriram o seu dever" e deram todas as hipóteses ao poder

político de resolver o problema.

O nosso colaborador do "ELO" dr. José Lages, expôs, as linhas mestras do trabalho que tem desenvolvido com um grupo de alunos do Externato Infante D. Henrique, em Vila Nova de Famalicão.

MANUAIS NÃO FALAM DA GUERRA

Começou por afirmar que nos manuais de História de há quatro anos atrás, o 25 de Abril apenas ocupava uma página e que a Guerra Colonial nem sequer aparecia.

Esta falta de informação aliada ao facto dos antigos combatentes terem em muitos casos vergonha de dizer que tinham estado na Guerra Colonial, e de esconderem e destruírem os documentos pessoais, levou-o a efectuar uma pesquisa em 10 freguesias da região. Este trabalho "mexeu com a mentalidade dos ex-combatentes, os alunos sentiram-se de tal forma motivados com este método pedagógico (projecto), que sai do sistema normal de ensino, que actualmente são eles próprios que fazem avançar o processo.

Existe como fruto deste trabalho um grande espólio documental que está exposto na Sede da ADFA.

José Lages referiu que este trabalho, paradoxalmente, foi desenvolvido nas aulas de Antropologia Cultural e não nas de História.

Nas II Jornadas de História de Vila Nova de Famalicão os jovens discutiram aprofundadamente este assunto e o próprio Museu está muito empenhado.

Nesta mesma página desenvolveremos mais promenorizadamente este assunto.

A uma pergunta formulada pelo presidente da Junta da freguesia do Lumiar, sobre quais foram as causas de, após o 25 de Abril, os soldados se negarem a embarcar para África, Carlos Fabião respondeu que se fez o que se pode fazer, que as tropas estavam desmobilizadas e indisciplinadas, e assim, não tínhamos o elemento dissuasor, para impor a condução no terreno das negociações para a passagem da soberania das colónias aos seus novos governantes.

Carlos Fabião pôs a tónica sobre as causas deste tipo de descolonização na actualização do anterior regime, que não tinha sequer uma política definida, citou a propósito uma das "conversas em família" de Marcelo Caetano em que este afirmou que "resistir era já meia vitória" assim o remédio, para este estadista, seria apenas para meia vitória. Falou no que se passou na Índia, onde todas as culpas foram também atribuídas às Forças Armadas.

A este propósito Alpoim Calvão interrogou se o facto de termos perdido força, ocorreu por acaso ou deliberadamente. Fez depois um paralelo com a "Revolução Russa" de 1917, que ocorreu também quando aquele país se encontrava em guerra.

Afirmou depois que o "golpe de estado" que foi o 25 de Abril, foi imediatamente ultrapassado pelo "processo revolucionário", que desequilibrou a sociedade portuguesa e impediu um processo de descolonização normal.

O PROBLEMA ANGOLANO

A propósito de Angola, disse que esteve com Holden Roberto, da FNLA, a quem propôs uma missão de sabotagem do Porto de Luanda, missão que ele próprio comandaria, e que seria financiada pela CIA, para evitar a entrada, "às catadupas", de material bélico russo em Angola". A operação acabou por não se realizar porque a CIA, por razões políticas que desconhece, ter retirado o apoio a essa operação.

O nosso associado António Neves fez uma intervenção a este propósito, onde começou por afirmar ser a primeira vez, desde o 25 de Abril, que tinha oportunidade de formular as seguintes questões: "Porque é que em Angola, onde sob o ponto de vista militar, é indiscutível, que estávamos numa posição privilegiada para discutirmos tudo aquilo que quiséssemos", aconteceu tudo aquilo E adiantou que os "muitos militares que lá chegavam, sobretudo oficiais, iam daqui, de Portugal continental, instruídos exactamente para desmobilizarem as forças que ainda lá estavam.



Aspecto geral do Colóquio

de Abril, memória, par

Carlos Fabião esteve directamente envolvido) e que Marcelo Caetano acabaria por inviabilizar em 1972. CARLOS FABIÃO considerou que houve por isso mais dois anos de perdas. Marcelo Caetano viria em 1974 a ser obrigado a negociar de uma forma "vergonhosa" numa fase já de absoluta inferioridade. Muito grave foi também o facto, do então primeiro ministro, ter negociado com total desconhecimento dos comandantes das forças que dirigiam as operações.

O orador afirmou que a partir de certa altura já não existiam capitães do quadro, porque deixou de haver alunos suficientes na Academia para este efeito. Foi necessário "inventar capitães", e começaram a ser promovidos os melhores alunos do Curso de Oficiais Milicianos, que eram muito bons sob o ponto de vista operacional, mas muitos fracós em matéria de administração. Por outro lado, o "Maio de 68", ocorrido em França, teve também repercussões em Portugal e a determinado momento não havia já quem levasse os homens ao combate, e numa situação dessas não há nenhum exército que resista e acabou a mística da vitória.

O comandante Alpoim Calvão, que falou a seguir, começou por informar que estava em praticamente tudo de acordo com o que fora dito por Carlos Fabião.

Informou que fora convidado para integrar o MFA, mas que não aceitara por não concordar com a forma como queriam fazer a descolonização.

Quanto à tentativa de Spínola em negociar com Senghor, considerou que foi a última ocasião de se conseguir uma autodeterminação para as colónias sob a égide da ONU. Assim, quando dois anos mais tarde se pretendeu negociar a descolonização, correu de tal forma "atabalhoada", que acabaram por ser os próprios povos desses países a sofrer as consequências.

Alpoim Calvão considerou no entanto que Portugal fez algo que não tem paralelo, durante treze anos, e que as Forças Armadas "cumpriram o seu dever" e deram todas as hipóteses ao poder

político de resolver o problema.

O nosso colaborador do "ELO" dr. José Lages, expôs as linhas mestras do trabalho que tem desenvolvido com um grupo de alunos do Externato Infante D. Henrique, em Vila Nova de Famalicão.

MANUAIS NÃO FALAM DA GUERRA

Começou por afirmar que nos manuais de História de há quatro anos atrás, o 25 de Abril apenas ocupava uma página e que a Guerra Colonial nem sequer aparecia.

Esta falta de informação aliada ao facto dos antigos combatentes terem em muitos casos vergonha de dizer que tinham estado na Guerra Colonial, e de esconderem e destruírem os documentos pessoais, levou-o a efectuar uma pesquisa em 10 freguesias da região. Este trabalho "mexeu com a mentalidade dos ex-combatentes, os alunos sentiram-se de tal forma motivados com este método pedagógico (projecto), que sai do sistema normal de ensino, que actualmente são eles próprios que fazem avançar o processo.

Existe como fruto deste trabalho um grande espólio documental que está exposto na Sede da ADF.

José Lages referiu que este trabalho, paradoxalmente, foi desenvolvido nas aulas de Antropologia Cultural e não nas de História.

Nas II Jornadas de História de Vila Nova de Famalicão os jovens discutiram aprofundadamente este assunto e o próprio Museu está muito empenhado.

Nesta mesma página desenvolveremos mais promenorizadamente este assunto.

A uma pergunta formulada pelo presidente da Junta da freguesia do Lumiar, sobre quais foram as causas de, após o 25 de Abril, os soldados se negarem a embarcar para África, Carlos Fabião respondeu que se fez o que se pode fazer, que as tropas estavam desmobilizadas e indisciplinadas, e assim, não tínhamos o elemento dissuasor, para impor a condução no terreno das negociações para a passagem da soberania das colónias aos seus novos governantes.

Carlos Fabião pôs a tónica sobre as causas deste tipo de descolonização na actualização do anterior regime, que não tinha sequer uma política definida, citou a propósito uma das "conversas em família" de Marcelo Caetano em que este afirmou que "resistir era já meia vitória" assim o remédio, para este estadista, seria apenas para meia vitória. Falou no que se passou na Índia, onde todas as culpas foram também atribuídas às Forças Armadas.

A este propósito Alpoim Calvão interrogou se o facto de termos perdido força, ocorreu por acaso ou deliberadamente. Fez depois um paralelo com a "Revolução Russa" de 1917, que ocorreu também quando aquele país se encontrava em guerra.

Afirmou depois que o "golpe de estado" que foi o 25 de Abril, foi imediatamente ultrapassado pelo "processo revolucionário", que desequilibrou a sociedade portuguesa e impediu um processo de descolonização normal.

O PROBLEMA ANGOLANO

A propósito de Angola, disse que esteve com Holden Roberto, da FNLA, a quem propôs uma missão de sabotagem do Porto de Luanda, missão que ele próprio comandaria, e que seria financiada pela CIA, para evitar a entrada, "às catadupas", de material bélico russo em Angola". A operação acabou por não se realizar porque a CIA, por razões políticas que desconhece, ter retirado o apoio a essa operação.

O nosso associado António Neves fez uma intervenção a este propósito, onde começou por afirmar ser a primeira vez, desde o 25 de Abril, que tinha oportunidade de formular as seguintes questões: "Porque é que em Angola, onde sob o ponto de vista militar, é indiscutível, que estávamos numa posição privilegiada para discutirmos tudo aquilo que quiséssemos", aconteceu tudo aquilo E adiantou que os "muitos militares que lá chegavam, sobretudo oficiais, iam aqui, de Portugal continental, instruídos exactamente para desmobilizarem as forças que ainda lá estavam.

Mais, iam daqui politizados e partidarizados, para assumirem lá posições que quanto a mim não contribuiram em nada para aquilo que se pretendia, que era a independência de Angola. Eu assisti no aeroporto de Luanda a "Nordatl's", carregados com munições, para voarem para a minha terra, para o Lobito, para fazer o reabastecimento do MPLA. Eu assisti na Av^a. dos Combatentes em Luanda, a um sábado de manhã, às "Panhard's" dos "Dragões", ao lado das tropas do MPLA, a abrirem fogo contra uma delegação da UNITA."

António Neves perguntou ainda porque é que "altura em que havia "brancos a ser chacinados o Rosa Coutinho dizia que isso eram bocas de reaccionários"?"

Carlos Fabião começou por responder que embora já tivesse ouvido falar neste assunto, também a ele ninguém lhe tinha dito isso directamente. Disse em seguida que mobilizou 400 Comandos, mas que estes se negaram a embarcar para Angola. Para Timor enviou, "para nosso grande azar", uma companhia da PM, que é uma das responsáveis por aquilo que se está a passar lá. Carlos Fabião justificou esta afirmação tendo dito que, toda a gente sabia que o Sukarno tinha morto dois milhões de comunistas, toda a gente sabia que ele não podia ver uma bandeira comunista no Timor português, era impensável." e essa companhia desembarcou, "colou cartazes" e tiveram de os lá ir buscar vinte dias depois para aquilo não acabar mais cedo.

Carlos Fabião afirmou também que o quartel geral em Angola o informou que havia acções esporádicas em Angola, mas que na verdade, essas acções esporádicas, eram tiroteio por toda a Angola de uma ponta a outra Carlos Fabião afirmou que hoje, "se pudesse voltar atrás, com os conhecimentos que tenho, é claro que a coisa seria feita de outra maneira." E uma das coisas que teria sido feita, é que se teria mesmo criado uma força para poder conduzir o processo.

Um dos assistentes interrogou como é possível que passados vinte anos ainda haja deficientes das Forças Armadas que não tenham o seu problema resolvido e como é que Alpoim Calvão analisava o "insulto feito ao Presidente da República na inauguração do Monumento aos Combatentes do Ultramar.

Alpoim Calvão disse que enviou uma carta a Mário Soares, em que o felicitou pela coragem que teve em ir inaugurar o Monumento aos Combatentes do Ultramar, apesar de saber os perigos que corria de ser insultado por algumas pessoas que ainda não se tinham libertado de alguns traumas. Disse ainda, que nessa mesma carta, o criticou por se ter esquecido de homenagear 1 milhão de ex-combatentes do Ultramar.



Aspecto geral do Colóquio

COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL DA JUNTA DE FREGUESIA DO LUMIAR



Mesa da Assembleia da Junta de Freguesia

A Junta de Freguesia do Lumiar comemorou o 25 de Abril, com uma sessão da Assembleia da Junta, no auditório da Sede da ADFA, às 11:00h do dia 24, a que se seguiu um "piquenício" na Quinta das Conchas, um magnífico parque desta freguesia.

Para intervirem no colóquio foram convidados, um representante da Associação 25 de Abril, coronel Nápoles Guerra, o presidente da direcção da ADFA, José Arruda e o professor César de Oliveira.

Depois do presidente da Assembleia da freguesia falou José Arruda que se congratulou com o facto de existirem boas relações entre a ADFA e as autarquias, e que elas, como a nossa associação, só se tornaram possíveis devido ao 25 de Abril.

O representante da Associação 25 de Abril começou por afirmar que, depois de os capitães terem aberto as portas à liberdade e à democracia, deixando para trás "um velho regime de ditadura fascista-colonialista", com todos os males de que era portador, não estavam automaticamente resolvidos todos os problemas. Que essa liberdade, "retomada em 25 de Abril de 1974, é o fundamento do actual regime, onde as decisões estão nas mãos dos cidadãos, e que estes devem ter uma intervenção activa, pois a "democracia não é um fim mas um meio".

Nápoles Guerra apelou sobretudo à juventude e considerou que tem de "haver uma pedagogia inteligente, aliciante, inovadora para se analisar os seus actuais problemas e se encontrarem as soluções mais correctas. "O 25 de Abril não pode ser só o que foi,

nem cristalizar no que é, sob o risco, até, de negar o que foi, afirmou, parafraseando Garret. Tem de se prolongar no futuro" de um "Portugal justo, fraterno, solidário, próspero e feliz, pelo qual todos ansiamos, e que esteve na origem...da criação do Movimento das Forças Armadas".

O presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, Filipe Cairos, começou por se mostrar preocupado com os jovens, que não tendo já sentido as agruras da ditadura, pouco sabem sobre "essa longa noite" e têm de ser alertados contra posições demagógicas.

Referiu-se depois ao fim da guerra colonial, altura em que homenageou a ADFA "como legítima representante das vítimas dessa injusta guerra e que de imediato acedeu a colaborar nesta cerimónia".

Terminou a sua intervenção com optimismo, afirmando que o obscurantismo não regressará ao nosso país, "ainda que muitos PIDES apareçam na TV, a branquear, com o maior despudor, essa tenebrosa instituição e os seus torcinários."

CÉSAR DE OLIVEIRA

O professor César de Oliveira, com a sua habitual contundência e humor, começou por referir que os 500 anos de descolonização só o foram de facto a partir dos inícios do séc. XX, pois até aí os portugueses só se interessavam pelos portos costeiros.

Analisou que desde o momento em que começámos a entrar no interior das colónias, a resistência

armada foi sempre muito forte.

Quando surgiu o 25 de Abril, César de Oliveira disse que, foi como se tivessem levantado a tampa de uma panela a 100 graus, e que o povo exigiu imediatamente o fim da Guerra Colonial. Apesar de tudo o nosso país conseguiu reintegrar os retornados de uma forma verdadeiramente admirável.

Referindo-se à descolonização em Angola e aos Acordos de Valmor, considerou que Portugal fez o que podia e depois houve a intervenção das grandes potências. Lembrou que também os Acordos de Bicesse falharam e ninguém atribuiu as culpas a Portugal.

Referiu-se depois aos grandes desenvolvimentos que houve nas autarquias, que deixaram de ser meras agências burocráticas dependentes do governo, para passarem a ter uma vida autónoma e democrática.

Referindo-se ao branqueamento do antigo regime, que segundo a sua perspectiva está a acontecer, afirmou que no caso do PIDE da SIC, o feitiço se virou contra o feitiço.

Considerou ainda que José Eduardo Moniz fez uma autêntica montagem de branqueamento. Que existe uma tentativa de associar o "cavaquismo" ao cumprimento dos ideais de Abril.

Terminou com um alerta contra os mecanicistas, que analisam os problemas de uma forma maniqueísta, para quem tudo tem de ser branco ou preto, ignorando que existem uma enorme infinidade de tons, próprios da própria realidade de que é composta a complexidade dos fenómenos.

GUERRA COLONIAL UMA HISTÓRIA POR CONTAR

O Salão Nobre da Sede estava cheio de jovens, que no sábado 23 de Abril, se deslocaram de Vila Nova de Famalicão até Lisboa, onde de forma empenhada, montaram esta exposição, que foi inaugurada no dia 25 de Abril, pelos representantes da Associação 25 de Abril, Vasco Lourenço e Carlos Fabião, com a presença do presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, Luís Filipe Cairos.

Vasco Lourenço no Livro de depoimentos da exposição escreveu: "O 25 de Abril pôs fim à guerra colonial, guerra injusta e inútil..." Mais adiante acrescentou que "A ADFA, no seguimento da acção altamente meritória que vem desenvolvendo, quis comemorar os 20 anos da Liberdade. Fá-lo com a autoridade de quem representa as principais Vítimas de o 25 de Abril não ter acontecido mais cedo".

Procedeu-se a uma demorada visita à exposição, que constituiu também um convívio com os sócios da ADFA, que se quiseram associar a este evento. Sem o empenho e dedicação da delegação de Vila Nova de Famalicão, difícil teria sido concretizar esta exposição na nossa Sede, elaborada e destinada a jovens, os verdadeiros receptores do testemunho da liberdade

A exposição presente no Auditório da Sede da ADFA é um paradigma daquilo que tem de ser feito para que não se esqueça a Guerra Colonial e sobretudo um método para que os jovens aprendam e apreendam o seu conteúdo e a sua complexidade.

O dr. José Lages utiliza um método pedagógico que é o mais avançado que existe no sistema de ensino, conhecido como método de "projecto", onde os alunos são levados a uma participação muito grande no seu próprio processo de aprendizagem. Este método exige no entanto uma grande capacidade por parte do professor e um trabalho acrescido. Com este método, os alunos do Externato Infante D. Henrique, de Vila Nova de Famalicão, tiveram oportunidade de ter uma relação estreita com a Comunidade. Segundo Agostinho Fernandes, presidente da Câmara Municipal daquela edilidade: "O trabalho aqui presente traduz uma problemática complexa que, por motivos vários, tem escapado aos "fazedores" oficiais de História. Foi feito por jovens que descobriram pelo trabalho exaustivo as teias do passado recente que ainda tem marcas e cicatrizes no corpo e na alma de muitos de nós".

Na introdução ao seu livro "Guerra Colonial- Uma História por contar...", José Manuel Lages afirma que: "A Guerra Colonial foi e será um dos temas "tabu" de um período da nossa História não "oficialmente" contado...e que, por razões várias, nunca é abordado aos nossos alunos.

A partir desta situação, julguei pertinente lançar os alunos de Antropologia Cultural à procura da História. Muitos deles são filhos de ex-combatentes que viveram e conheceram situações particulares de verdadeiro drama, sem descontinarem com clareza as razões deste "corredor cinzento" da nossa História.

...De todo este trabalho resultou um verdadeiro manancial de documentação que cresce continuamente e que reflecte, ainda que à superfície, muito do que se encontrava depositado nos velhos "baús de guerra", quase envorgnhando a face do combatente, do mutilado, dos pais, dos orfãos e das viúvas."

Uma salão cheio e pequeno para tanto trabalho exposto: fotografias, postais, aerogramas, galhardetes, balas, peças de artesanato, faziam reviver os tempos da guerra de há vinte, trinta e tal anos. Num misto de tristeza e saudade corriam os olhos pelos painéis. Vimos, ouvimos e lemos, num vídeo, mensagens de coragem, de revolta, de saudade, de meditação, de resignação, toda a complexidade dos traumas, desta ainda tão recente guerra, deixados na nossa sociedade.



Aveiras de Cima Reunião com a Junta de Freguesia.



O Núcleo de Aveiras de Cima, conselhos de Alenquer, Azambuja e Cartaxo, promoveu um encontro entre alguns elementos da Direcção Central, a respectiva Comissão Instaladora, o actual Presidente da Junta de

Freguesia local e o que se manteve em funções até à últimas eleições autárquicas.

Os responsáveis nacionais tomaram conhecimento no terreno das necessidades e anseios dos sócios daque-

la área, tendo sido manifestada por parte da Comissão Instaladora do Núcleo, a vontade serem ali implementadas acções de formação profissional destinadas à população deficiente, em cursos integrados por sócios e não sócios.

Foi muito receptivo a esta ideia o presidente da Junta de Freguesia, Diamantino Nunes Carmona, que manifestou o seu profundo interesse na inclusão de deficientes nas cotas de novos empregos a surgir naquela Freguesia, uma vez que se prevê a instalação, num futuro muito próximo, de grandes empreendimentos industriais e comerciais.

PAVILHÃO DA ADFA NA FEIRA DE MAIO

O Núcleo irá, como no ano transacto, dispor de um pavilhão instalado na Feira

de Maio, na Azambuja, certamente dedicado às actividades daquele conselho, que se realizará de 27 a 31 daquele mês. Os elementos da Comissão instaladora encontrar-se-ão presentes no Pavilhão, onde estará em exibição uma exposição sobre as realidades da ADFA e as actividades do Núcleo, para além de peças de cerâmica executadas pelos nossos formandos. Proceder-se-á à distribuição de material informativo sobre a nossa Associação e venda de material de dinamização, de onde se salienta a oferta pela delegação de Vila Nova de Famalicão de algumas dezenas de chávenas com a inscrição da ADFA.

O Núcleo naquela oportunidade espera a visita de todos os sócios ao seu Pavilhão, muito em especial os residentes na sua área de intervenção.

Comemorações do 25 de Abril em Viseu



Seguindo uma saudável forma de promover encontros na sua área de acção, a Delegação de Viseu promoveu no conselho de Carregal do Sal, no dia 23 de Abril, um jantar convívio tendente a comemorar o vigésimo aniversário do 25 de Abril.

No encontro esteve presente o vice-presidente da Câmara Municipal local, Dr. Vasco Jorge, o 1º Secretário da Direcção Central e os Presidentes da Mesa da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal da Delegação, para além de cerca de uma centena de sócios e familiares. Acresceu à alegria do convívio a presença do grupo musical e teatral "Os Condes" de Oliveira do Conde, Freguesia daquele conselho, que brindou os presentes com espectaculares interpretações da mais pura música popular Portuguesa, num nível de apresentação e execução que admiraram os presentes e demonstraram quão bela é na realidade a raiz da nossa cultura; mas o pequeno Gonçalo de 5 anos, filho do presidente da Direcção de Delegação, constituiu o momento mais terno e emotivo da noite, deliciando-nos, violando nos braços, com algumas das mais bonitas canções infantis de que todos ainda nos recordamos.

No momento das alocações usaram da palavra os presidentes da Direcção e da Mesa da Assembleia Geral da Delegação, o elemento da Direcção Central presente e o vice-presidente da Câmara Municipal de Carregal do Sal. Ouviram-se algumas

palavras emotivas e emocionadas que recordaram que foi o movimento dos Capitães há 20 anos, que nos permitiu na ocasião estar ali reunidos, sob a égide de uma associação, que até então não foi possível criar.

Falou-se de nós, falou-se da guerra, falou-se da juventude de hoje, que como aqueles jovens que nos deliciaram com os seus cantares, usaram a tradição e a cultura, como forma de ocupar os tempos livres, mas têm de qualquer modo que virar-se também, para uma página importante da nossa história, a Guerra Colonial. Ela findaria, por vontade daqueles militares, que a suportaram, e concederam por isso, mais 13 anos, para que o regime de então pudesse resolver o prolema da descolonização dos, hoje, Países irmãos de expressão lusófona.

O Dr. Vasco Jorge, sensibilizado com o convívio, disponibilizou-se pessoalmente e naquilo que à Câmara for possível, para apoiar as actividades da nossa associação, tendo ficado já idealizada uma exposição a exhibir no Conselho do Carregal do Sal, em parceria com a nossa Associação, assunto que melhor se abordará na visita que brevemente aquele autarca efectuará à nossa Sede Nacional.

Os sócios da zona sul da área da Delegação de Viseu conviveram, divertiram-se e refletiram.

Os Deficientes das Forças Armadas estão unidos, a ADFA é a sua referência e factor de união.

Obrigado 25 de Abril.

Bragança

20.º ANIVERSÁRIO DA ADFA

A Delegação de Bragança vai comemorar o 20.º Aniversário da ADFA, promovendo um almoço-convívio entre os sócios e familiares, aberto a todos os sócios da ADFA que se queiram juntar a nós. Bragança convida especialmente os sócios Transmontanos que se encontrem a residir fora da área de Trás-os-Montes a festejar o 20.º Aniversário da ADFA, com os seus conterrâneos, que terá lugar no dia 5 de Junho/94.

A concentração dos Associados e familiares far-se-á no largo do Castelo, pelas 11 horas, com uma visita ao Museu Militar.

O almoço será servido no RESTAURANTE D. ROBERTO, em Gimonde, pelas 13 horas.

Contamos contigo. Faz a tua inscrição até ao dia 30 de Maio/94. Se houver um sócio ao teu lado, sem meio de transporte, oferece-lhe um lugar que tenhas disponível no teu automóvel.

Com um abraço amigo
DA DIRECÇÃO DA DELEGAÇÃO

RELAÇÃO DE DONATIVOS PARA A NOVA SEDE

MÊS DE FEVEREIRO-MARÇO-ABRIL

Transporte (Janeiro/94) 12.572.473\$00

N.º Sócio	Nome	Importância
974	António Pereira Antunes	40.000\$00
11768	Manuel Lopes Almeida	10.000\$00
9412	Joaquim Augusto Maria.....	1.000\$00
10299	Manuel Lopes Leal	10.000\$00
1375	Carlos Alberto L. Leite Ferreira	20.000\$00
8495	Manuel Nunes Duarte.....	2.000\$00
622	Vítor Manuel Cabrita Martins	1.000\$00
2244	Almiro Tavares de Matos	1.000\$00
9355	Francisco Américo Silva G. Ferreira	5.000\$00
9699	José Santos Machado.....	1.000\$00
6700	Martinho Carlos.....	5.000\$00
11893	Manuel António Dias Bravo.....	2.000\$00
12237	Afonso Silva Rodrigues Balas.....	15.000\$00
8464	Jorge Manuel Galveias Leitão	10.000\$00
7849	António José Figueiredo Soares	10.000\$00
Total.....		13.300\$00

A transportar (Abril de 94) 12.705.473\$00

Paraplégicos reúnem-se

Sócios paraplégicos da ADFA pretendem reunir-se, para fazer um trabalho de levantamento dos seus problemas específicos, estando prevista a realização de um encontro no dia 18 de Junho, na Sede.

Está a ser estudada a hipótese de virem a ser dadas consultas de Urologia, nos Serviços Médicos da Sede. Para este efeito foram já efectuados contactos com um bem conhecido especialista.

No próximo jornal será publicada uma notícia mais desenvolvida sobre este assunto.

Os sócios interessados podem contactar o Departamento de Reabilitação.

Combatentes Vítimas de Stress de Guerra

A Associação de Apoio aos ex-Combatentes Vítimas de Stress de Guerra, designada por APOIAR, celebrou escritura no passado dia 18 de Abril, tem actualmente a sua Sede em instalações cedidas pelo Serviço de Psicoterapia Comportamental, no Hospital Júlio de Matos.

Na cerimónia estiveram presentes os membros da Comissão Instaladora a RTP e a TVI.

A APOIAR é uma organização de solidariedade social, para prestar apoio aos ex-combatentes vítimas de stress de guerra e pode ser integrada por estes seus familiares e todos quantos se interessem por esta problemática.

Sardinhada em Setúbal

A popular Sardinhada de Setúbal, que desde há vários anos se realiza na mata de S.Paulo, efectuar-se-á este ano no dia 25 de Junho.

Recordamos que é uma festa muito alegre, num parque muito bonito, onde o convívio e a camaradagem são "Reis e senhores" e, para aqueles que o quiserem, ainda sobra tempo para ir dar um mergulho às águas cristalinas da Arrábida.

Não te esqueças portanto de apontar já na tua agenda esta data e começar a convidar amigos e familiares para irem contigo.

Objectos a não esquecer: uma viola, uma gaita, um tambor, uma bola e outros artefactos para ajudar a trincar as sardinhas, para aqueles que não sabem comer à mão.

PS: O COPO é fundamental.

VENDE-SE

VOLVO 345-GL 1982

e

VOLVO 66-GL 1976

Com caixa automática

Sr. José Fonseca • Tel. 410 13 14

**Quotas: adere
ao novo sistema!**





Relatório de Actividades 1993

Um ano de intenso trabalho

1. INTRODUÇÃO

A actividade desenvolvida pelo C.R.P.G. no segundo ano do seu funcionamento foi estruturada em torno de alguns eixos fundamentais:

A — continuar o esforço para criar as condições estruturais necessárias à plena implementação do projecto;

B — desenvolver o mais possível a qualidade total dos serviços prestados;

C — consolidar a imagem institucional junto da diversidade dos interlocutores naturais do Centro, no plano nacional e internacional;

D — continuar o esforço ao nível do aperfeiçoamento do trabalho de organização da gestão administrativa e financeira.

A — No plano estrutural constituíram acções fundamentais:

— a reflexão e pesquisa geral em torno do aperfeiçoamento da organização do trabalho, no plano individual, das equipas e da organização no seu todo;

— o investimento feito na formação dos profissionais, através da formação organizada pelo Centro e da participação em congressos, seminários e outras oportunidades no exterior;

— continuação do trabalho de adaptação e adequação dos espaços físicos, em conformidade com o projecto de trabalho;

— aquisição de novo pacote de equipamentos e trabalhos preparatórios para aquisição dos restantes.

O trabalho referido foi desenvolvido num contexto de trabalho de projecto, no âmbito dos vários que adiante se apresentam.

B — No âmbito dos serviços prestados, constituiu preocupação fundamental a introdução do conceito de qualidade total, isto é, da qualidade ao nível dos bens e serviços fornecidos, ao nível dos prazos, ao nível da racionalidade e comodidade dos processos e ao nível das relações humanas pressupostas.

A este nível foram dados alguns passos significativos:

● foram reforçadas as articulações institucionais, favorecendo a continuidade dos processos de reabilitação;

● foram conferidas ao Centro nomeações que aumentam as suas possibilidades de intervenção e, sobretudo, permitem a integração de respostas e tornam mais cómodos os processos para os utentes;

● Centro de Informação e Aconselhamento da Rede HANDYNET

● Centro Especializado para Atribuição de Ajudas Técnicas

● Centro Financiador de Ajudas Técnicas Profissionais.

Para além do domínio da Engenharia de Reabilitação, foi desenvolvido um trabalho importante ao nível da Avaliação/Orientação e da Engenharia de Formação, no sentido de desenvolver a capacidade técnica de intervenção na orientação, na formação e integração profissional dos dois grupos dominantes de população do Centro: deficientes motores e mentais.

No quadro das preocupações expostas, o Centro apresentou e participou em várias candidaturas a diversos programas comunitários. Uma particular menção para o forte investimento feito na candidatura ao TIDE — presença em 5 projectos — embora sem sucesso.

C — A consolidação e desenvolvimento da imagem institucional foi continuamente prosseguida, constituindo acções fundamentais:

● o envio de «mailings» específicos para diferentes públicos alvo;

● a participação em iniciativas de trabalho no âmbito da reabilitação;

● edição de novos e mais actualizados materiais de divulgação do Centro;

● a participação activa em diversas iniciativas realizadas em Portugal e no estrangeiro.

D — Partindo do pressuposto que a gestão administrativa e financeira é um suporte fundamental para o bom funcionamento global do Centro, foi desenvolvido um esforço constante para melhorar processos e eficácia, nomeadamente:

● aperfeiçoamento regras e procedimentos;

● investindo fortemente na informatização desse sector.

Particularmente a este nível continuam todavia a fazer-se sentir as dificuldades resultantes da falta de personalidade jurídica do Centro.

Essa circunstância aumenta e complica imenso o traba-

lho de gestão administrativa e financeira, já de si importante, dada a dimensão do Centro.

UNIDADE DE AVALIAÇÃO/ORIENTAÇÃO

Tal como 1992, 1993 continuou a ser um ano de desenvolvimento e definição para a Unidade de Avaliação/Orientação, tendo-se introduzido constantemente inovações, sobretudo, ao nível dos estágios de orientação — amostras de trabalho. No entanto, o atraso no apetrechamento da Unidade ao nível da aquisição de equipamentos e de recursos tecnológicos e nas obras de adaptação dos espaços para o seu funcionamento não permitiu ainda, de forma plena, pôr em acção a metodologia de Avaliação/Orientação que se pretende implementar.

No decorrer de 1993 foram avaliados, ou iniciaram o processo de Avaliação/Orientação, um total de 133 utentes, encaminhados por diversas instituições (ver quadro em anexo).

A Unidade continua a ser solicitada por uma população essencialmente masculina (69%) e com deficiência motora (33%), psíquica (25%) e mental (21%). Em relação a anos anteriores, nota-se o aparecimento de casos com sequelas motoras, intelectuais e afectivo-relacionais em consequência de traumatismo crânio-encefálico.

No que respeita ao nível de escolaridade dos utentes continua a verificar-se um maior número de pessoas com baixas habilitações: 4.ª classe (36%) e 8.ª ano (34%).

Dos 133 casos, 43 foram encaminhados para a Formação Profissional, 29 continuam em processo de Avaliação/Orientação e verificaram-se 48 desistências no decorrer do processo.

No âmbito da formação dos profissionais a Unidade participou em diversas iniciativas:

● Seminário: «O Corpo e a Psicoterapia», 18 de Janeiro no Porto, organizado pelo Colégio Universitário de Altos Estudos.

● Exposição: «Informática/93», que decorreu a 15 de Outubro, na Exponor — Matosinhos.

● «Reabilitação 90-93», que decorreu de 1 a 4 de Dezembro, em Coimbra, organizado pelo Secretariado Nacional de Reabilitação.

UNIDADE DE FORMAÇÃO PROFSSIONAL

O ano de 1993 foi um ano de consolidação e desenvolvimento da Unidade de Formação Profissional.

As acções desenvolvidas ao longo de 1993, respeitantes aos 14 cursos implementados, abrangeram um total de 182 formandos, executando-se um volume de 261 836 horas de formação, o que representa um crescimento de 7% e 12% respectivamente, relativamente a 1992.

Saliente-se que 65% dos formandos têm idade inferior a 25 anos e relativamente à deficiência, 50% têm deficiência motora e 30% deficiência mental.

O desenvolvimento das acções compreendeu uma componente de formação em posto de trabalho, para a qual contribuíram as cerca de 150 empresas contactadas pelos técnicos de emprego da unidade, e que possibilitaram a realização de 65 estágios, o que representa 58 842 horas (22%) do volume de formação.

A formação incluiu ainda a frequência das áreas complementares de formação por parte de 35 formandos no caso de Apoio Académico e de 29 em Educação Social.

Ainda no âmbito da formação complementar e na linha das preocupações acima referidas, introduziu-se uma área específica de «Desenvolvimento de competências de procura de emprego» desenvolvida por uma psicóloga e que abrangeu 47 formandos.

Além da execução propriamente dita do plano de formação, a Unidade tem também tido como preocupação a formação e actualização contínua dos profissionais.

A unidade participou em cursos, seminários e outras iniciativas promovidas por diversas entidades, designadamente:

● Conferência/Debate «O Big-Bang das Organizações», promovido por Hervé Sériexy, em 20 de Maio-Porto

● «Sixth European Congress on Work and Organizational Psychology», promovido pela Faculdade de Psicologia da Universidade de Valência, de 14 a 18 de Junho — Alicante

● Conferência Internacional «Emprego Apoiado em Meio Competitivo de Trabalho», promovida pela Associação para Estudo e Integração Psicossocial, de 28 a 30 de Junho — Lisboa

● Curso «Sexualização e Educação Sexual na Deficiência Mental», promovido pela Associação para o Planeamento da Família, de 26 a 27 de Outubro-Porto

● «Reabilitação 90-93», promovido pelo Secretariado Nacional de Reabilitação, de 1 a 4 de Dezembro- Coimbra

UNIDADE DE ENGENHARIA DA REABILITAÇÃO

O ano de 1993, foi a Unidade de Engenharia da Reabilitação um ano de organização e desenvolvimento., revelando-se quer pela dinâmica de investigação/acção da equipa; quer pelo esforço feito em reequipar e informatizar a Unidade.

Foram servidos, ou iniciaram processo de intervenção um total de 533 utentes. De salientar que a população servida é constituída essencialmente por deficientes do sexo masculino (82%) e adultos (90%).

A Unidade tem privilegiado o contacto institucional no encaminhamento dos casos para que haja uma divulgação directa, correcta e adequada dos serviços prestados pelo CRPG.

Os casos considerados como utentes pelos Serviços da Segurança Social, pelo facto do Vento ter sido credenciado como Centro Especializado para prescrição de ajudas técnicas, pelo despacho 5/SN/93 de 10 de Março de 1993.

Das intervenções realizadas pelo Centro, a mais solicitada é a produção de ajudas técnicas (229), seguida pela reparação (105).

A consultadoria é uma actividade em crescimento na Unidade, quer pela nomeação do CRPG como Centro prescritor e financiador de ajudas técnicas, e como Centro de Informação e Aconselhamento Handynet, quer pelo estudo e trabalho desenvolvido na avaliação das incapacidades e das adaptações a realizar.

As Consultas Médicas e Aconselhamento perfazem um total de 120 utentes.

A participação em congressos e cursos durante este ano impôs-se pelo aparecimento de novas técnicas e produtos e pela necessidade de actualização contínua da equipa:

1 Congresso TIDE — «Technology Initiative for Disabled and Elderly People» — que se realizou em Bruxelas, de 6 a 7 de Abril, para apresentação da fase piloto do projecto.

1 Conferência ECART 2 — «European Conference on the Advancement of Rehabilitation Technology» — que teve lugar em Estocolmo, de 26 a 28 de Maio.

1 Curso de aperfeiçoamento realizado pela OTTO — BOCK sobre ortóteses e materiais termoplásticos, que teve lugar em Madrid nos dias 21 e 22 de Junho.

1 Congresso Internacional INTERBOR — «Prosthetics and Orthotics for the 21st Century» — realizado em Lisboa, de 22 a 25 de Setembro, com a participação paralela em cursos de actualização sobre as novas tecnologias utilizadas na produção de próteses e ortóteses: «Biomecânica e Locomoção», «Encaixes Iceross», «Próteses Parciais do Pé», «Ortótise Tibiotársica para L.N.M.P.», «Ortótise para Reciprocção na Marcha», «Escolioses» e «Assentos».

1 Seminário Escolioses» e «Assentos».

1 Seminário «REABILITAÇÃO 90-93», que ocorreu em Coimbra de 1 a 4 de Dezembro promovido pelo Secretariado Nacional de Reabilitação.

1 Conferência Internacional «Emprego Apoiado em Meio Competitivo de Trabalho» promovida pela Associação para Estudo e Integração Psicossocial, realizada em Lisboa de 28 a 30 de Junho. Foi apresentada a base de dados, produto do projecto MODEMA.

Outro factor que não foi descuidado ao longo deste ano, foi a constatação da necessidade de divulgação dos serviços prestados pelo Centro. Para além de se terem estabelecido contactos com instituições da área da reabilitação, promoveu-se a participação em feiras e certames para apresentar os materiais e serviços prestados pelo Centro:

— «V Jornadas do Hospital Conde de Bertiandos», que decorreram em Ponte de Lima, nos dias 17 e 18 de Junho.

— AJUTEC 93 — II Feira Internacional de Ajudas Técnicas — que teve lugar na Exponor, Matosinhos de 6 a 9 de Novembro.

Dos serviços prestados pela oficina ortoprotésica, destaca-se o número de próteses produzidas e reparadas (228), assim como a variedade existente ao nível dos membros superiores e inferiores. Relativamente às ortóteses, as palmilhas ortopédicas (26) e os aparelhos de marcha (15), situam-se entre os produtos mais procurados. Outra produção significativa: assentos molhados (19) e adaptadores de teclados em acrílico (10).

Crónica do Dia dos Namorados

Quando jovens, imensos projectos perfilham na nossa mente, sonhos maravilhosos, próprios da juventude, em que se começa a planejar toda uma vida cheia de coisas boas. Da minha juventude, e pertencendo a uma família modesta, lembro-me do sacrifício que meus pais fizeram para me educar e de ter que entrar no mundo do trabalho cedo, por doença de meu pai, restando-me pouco tempo para compartilhar com os amigos próprios da idade.

Trabalhei sempre de forma a estar bem relacionado na sociedade, no meio desta pequena comunidade beirã, junto à Serra da Estrela, onde se respirava saúde, pelo ar puro e fresco, próprio da região em que a poluição não imperava por estas paragens, que outrora, Mouros, Celtas e Visigodos habitaram deixando obras feitas, que ainda hoje enriquecem a jovem cidade de Mangualde e as suas raízes, as suas marcas, ficaram assim na história de Portugal, que no meu tempo de menino me lembro, ter de ser obrigatório aprender na escolaridade obrigatória, na década dos anos cinquenta, sessenta. Hoje, e com o evoluir da história, parece-me que os bons hábitos, os bons costumes tradicionalistas do povo e da história de Portugal, estão a desvanecer-se e, assim se perdem os reais valores da cultura popular portuguesa, do saber fazer com que a história de Portugal não seja esquecida, não seja explicada, ensinada a todos os jovens, a todos os cidadãos. Devia ser obrigatório, nas escolas, nos liceus, nas universidades, a disciplina da verdadeira história de Portugal e aqui, os escritores, os historiadores, os intelectuais, os responsáveis pela nação portuguesa, e que foram eleitos pelo povo, devem chamar a si, a decisão obrigatória, para que Portugal cada vez se enriqueça mais e se conheça a si próprio, dando continuidade ao que os nossos antepassados projectaram para Portugal, que sendo um dos povos mais antigos do Mundo e a quinta língua mais falada, não pode este País, que eu considero maravilhoso, deixar que a sua história, tão rica, que é, não seja explicada, não seja dada, desde o primeiro ano de escolaridade, até acabarem os estudos, os cursos. Os jovens têm de saber quem governou e governava Portugal, têm de saber quem foram os seus Reis, têm de saber quem foram aqueles grandes Homens, que deram novos Mundos ao Mundo, têm de saber porque é que estes Homens se lançaram nas descobertas por mares nunca antes navegados, que chegaram às Américas, às Áfricas, ao Oriente, enfim, façanhas enriquecedoras, que a História de Portugal não pode esquecer. É preci-

so explicar aos jovens, aos portugueses, ao Mundo, porque é que hoje se podem expressar, falar livremente, à vontade, sem perseguições, porque é que existem um Governo legítimo com Primeiro-Ministro, Ministros, Parlamento e Presidente da República. Na verdade e por incrível que pareça, ainda há pouco tempo, na Venezuela, os próprios portugueses aí residentes, não sabiam que em Portugal existia um Governo, não sabiam nem nunca ouviram falar do Sr. Primeiro-Ministro e tinham uma vaga ideia de que em Portugal, estava Sua Ex.^ª Dr. Mário Soares, Presidente de Portugal.

Ora, isto prova que não só em Portugal, mas também no Mundo, é preciso fazer campanhas de sensibilização, de forma a que se fale de Portugal e seja conhecido por todos.

Passados que são, 20 anos do 25 de Abril de 1974, há hoje jovens que não sabem o que esta data significa, porque não ouviram falar, nunca ninguém lhes explicou houera homens corajosos, que estavam fartos de viver em ditadura, fartos da guerra do Ultramar, que ceifava milhares de jovens soldados portugueses e outros ficaram com as marcas, sofrendo para toda a vida, sendo um peso para a família, que deixaram os lares e partiram para esses países longínquos, na esperança de um dia voltarem vitoriosos para junto dos seus, com a missão do dever cumprido em defesa da Pátria, terem cumprido o seu dever de honrar e defender a sua Pátria, Portugal.

De todos os actos históricos se falava, se estudava as suas datas históricas, tudo era significativo para os jovens e, os senhores professores, os senhores doutores, eram obrigados desde há 8 séculos atrás, quando foi proclamado Portugal, a explicar aos seus alunos, tudo o que fosse história, e quem não se interessasse, quem não soubesse, logicamente não passava de ano.

Hoje, não sei porquê, não se fala do 25 de Abril, não se fala das guerras do Ultramar, não fora os combatentes Deficientes das Forças Armadas organizarem-se e constituírem-se em Associação, não fora isto, hoje tudo seria diferente: Nós homens, que tudo demos à Pátria, continuamos a desenvolver acções que honrem, dignifiquem e tragam prestígio merecido para o nosso País, Portugal:

Nós, portugueses, não temos de nos envergonhar da nossa história, pelo contrário, devemos congratularmo-nos pelos exemplos que continuamos a dar ao Mundo, com certeza que ninguém esperava que os combatentes deficientes de guerra portugueses conseguissem juntar em Portugal,

os inimigos de outrora da Guiné, Angola e Moçambique, são datas, são provas dadas da grande capacidade organizativa dos portugueses, que apesar daquilo que nos desuniu há anos atrás, hoje unem-nos e o mais importante é fazer, colaborar no engrandecimento dos povos africanos, que falam a língua portuguesa e em conjunto trabalhar, de forma a que alcancem a paz. A guerra só leva à destruição, vamos fazer tudo para se alcançar a paz. Vamos falar, falar muito sobre o 25 de Abril e lembrar ao povo, aos jovens, que os capitães de Abril, com competência, coragem, abnegação, fizeram a mudança da ditadura para a democracia e entregaram ao poder civil, ao povo e assim hoje a liberdade perdura em Portugal, para bem dos portugueses. O povo está agradecido agradecido a estes Homens, com «H» grande, por tudo o que deram, em defesa da Pátria, e de todo o bem que trouxeram para o povo, mesmo sabendo o risco que corriam, arriscaram e ganharam: obrigada.

Quando comecei esta crónica, era minha intenção falar sobre o Dia dos Namorados, que no fundo se enquadra em qualquer tema, por achar ser muito rico e das coisas mais maravilhosas da vida dos adolescentes, dos jovens, dos adultos, dos mais idosos, que respiram e transmitem um amor de toda uma vida de namoro: Namoro sim, porque quem não namora, quem não mantém uma relação sã, saudável, entendimento entre todos, o amor ao próximo, uma relação saudável entre dois seres que se amam, e do fruto do seu amor, vêm filhos, netos, etc., tudo fruto do amor, do namorar sempre, da partilha da felicidade, quer nas horas boas, quer nas más, na saúde ou na doença, o amor tem de permanecer sempre fiel entre todos os seres que se amam.

Há certas pessoas, que nos fazem crer, que de geração para geração, o amor é diferente, mas o que é certo, é que ninguém vive só de beijinhos e de abraços, do vestir e calçar bem, no ter uma habitação condigna. É preciso ter os pés bem assentes na terra, para que um amor, por vezes tão lindo, não se transforme em dor, mas infelizmente cometem-se mais asneiras em nome do amor. Ora, amar de verdade, não é o que se vê hoje na televisão, ou o que se lê na literatura barata, é algo mais sublime, mais profundo.

O povo diz e com razão: quando as dificuldades entram pela porta, o amor salta logo pela janela. De facto, os mais desfavorecidos, os chamados sem sorte na vida, e que vivem dentro de uma pobreza total, com certeza não sentem amor, mas sim revolta. No meu tempo

de jovem ainda podia sonhar com «amor e uma barraca», porque havia casas, havia paz dentro de nós, não havia guerras, e à nossa volta as cores da vida, davam para a gente sonhar, pois eram verdinhas e cor-de-rosa: Faço aqui um apelo aos jovens de hoje, para que não entrem no Mundo da droga, estudem muito e tirem os vossos cursos, ar-

ranjem trabalho e amem de verdade, construam, comprem casa e vivam a vida com verdade, amor, paixão, ponham amor em tudo quanto façam, digam não à guerra, amem o próximo, os homens de hoje esperam muito de vós, amanhã. Namorem muito, namorem sempre, sejam românticos. Gozem a vida, e amem de verdade:

Camões, segundo rezam as crónicas, foi um romântico incorrigível, no entanto, soube sempre, e muito bem, conjugar os dois verbos: «AMAR E ESTUDAR».

Sem guerras, despeçome de todos os namorados, com abraços e beijinhos.

Até sempre.

Viseu

João Gonçalves

Memória

Num breve decurso de pouco mais de um mês, faleceram dois associados portadores de grandes deficiências, que para além da sua memória, nos forçaram à meditação de como na verdade é real a constatação do encurtamento na sua esperança de vida.



António Fernando Fradique, falecido a 6 de Março, sócio nº 25, foi sempre uma referência para todos nós, pelo seu brilho, pela força que trans-

mitia, apesar da sua pesada deficiência, e que constituiu um incentivo para tantos de nós, muito antes de se poder concretizar o sonho, que era criar a ADFA, da qual foi fundador.

Activo, interveniente e clarividente, em todos os momentos que dedicou à nossa associação, o José Fradique deixa uma falha profunda no nosso colectivo e uma recordação terna no coração de todos aqueles que com ele conviveram.

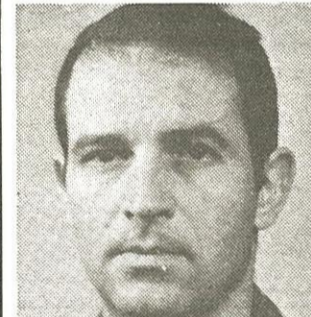


João Vila Lobos sócio nº 11.412 faleceu no dia

20 de Abril. Conhecido no movimento de deficientes já antes da instalação da democracia em Portugal, viria a ser Secretário Nacional de Reabilitação de 1980 a 1983, e vice-presidente da Rehabilitation International. Sócio da ADFA há alguns anos, tinha responsabilidades autárquicas na Câmara Municipal de Lisboa, onde foi sempre um elemento de pressão junto da edilidade, para o aceleração dos processos que da nossa associação ali se tramitavam.

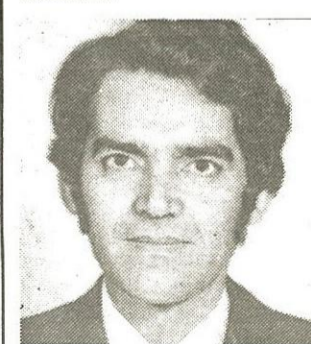
A Direcção Central apresentou a ADFA em ambos os funerais, dirige à Josélia e à Cláudia, incansáveis companheiras de dois grandes deficientes, a sua mais profunda solidariedade e pesar sentido.

SÓCIOS FALECIDOS



Carlos Alberto Carneiro Martins, sócio nº 7130, natural de Ponte Lima, faleceu no dia 23/01/94

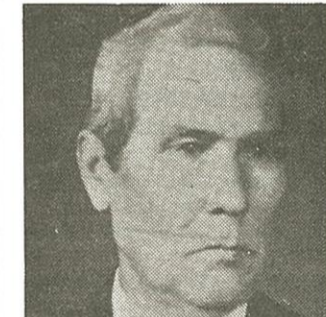
Adquiriu a deficiência em Balugães, deixa dois filhos menores orfãos e viúva a Sra. Maria Emília Martins Silva Carneiro Martins.



António Francisco dos Santos, sócio nº 11437, natural de Campelos, faleceu no dia 02/04/93

Adquiriu a deficiência em Angola, com 23,2% de incapacidade.

Residente em Torres Verdas, deixa viúva a Sr. Maria do Céu Gomes dos Santos.



Joaquim Augusto Carlê, sócio nº 5953, natural de Mós, Guarda, faleceu no dia 16/06/93.

Adquiriu a deficiência num ataque ao quartel de Metralhadoras nº1 em Lisboa, com 19% de incapacidade

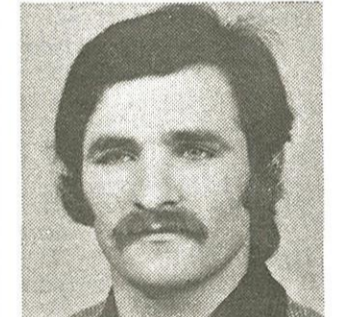
Residente em Mós, deixa viúva a Sra. Celestre da Luz Moutinho.



Mário Adolfo Soares de Almeida, Sócio nº 12302, faleceu no dia 21/10/93, 30% de incapacidade.

Adquiriu a deficiência na Guiné

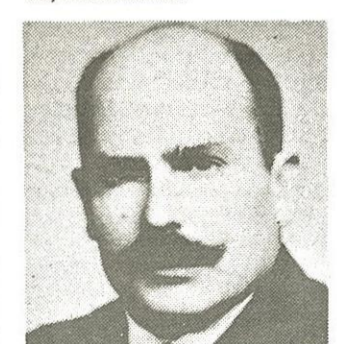
Residente no Porto, era divorciado.



Manuel da Silva Pereira, sócio nº 2658, natural de Cainha Lobão, Aveiro, faleceu no dia 28/11/93.

Adquiriu a deficiência na Guiné, com 29,9% de incapacidade

Residia na freguesia do Lobão do Conselho da Feira, era solteiro.



Joaquim Augusto Castelinho, sócio nº 6007, natural de Mós, Guarda, faleceu no dia 26/12/93.

Adquiriu a sua deficiência em Angola, com 100% de incapacidade.

Residente no Conselho de Oeiras, deixa viúva a Sra. Maria da Assunção Solteiro.

Aos familiares e amigos destes nossos sócios, apresentamos as nossas mais sentidas condolências.

Ampla participação dos sócios

(Continuação da pág. 5)

paim Calvão no colóquio a realizar na Sede, lembrou que este também pode vir um dia a pedir a sua inscrição como sócio, que estamos em democracia, e que é necessário separar o trigo do joio.

No seguimento desta intervenção, José Arruda lembrou que não era a primeira vez que os sócios ultrapassavam a Direcção Central, e que só tinha que saudar a franqueza daqueles três associados. Referiu no entanto que já em data anterior a Direcção Central tinha emitido um comunicado a pronunciar-se sobre a inauguração do Monumento.

António Carreiro, refe-

riu-se à inauguração do Monumento nos seguintes termos: "Os cães ladraram e a caravana passou".

Defendeu que a ADFA não deve abandonar o projecto de implementação do Museu e afirmou que a Associação 25 de Abril não é o "anjo da guarda" da ADFA.

INFORMAÇÕES

Passou-se em seguida ao 5º ponto da Ordem de Trabalhos, Informações da Mesa da Assembleia Geral Nacional e da Direcção Central.

Nesta altura, Catarino Salgado, referindo-se ao convite feito a Alpoim Calvão para participar no Colóquio a realizar no dia 22 de Abril, sobre a "Descolonização", afirmou que devía-

mos ser cautelosos pois trata-se de uma pessoa que foi líder do MDLP.

No mesmo sentido Lavouras Lopes considerou este convite um insulto ao 25 de Abril

Neste ponto foi ainda discutida a problemática da interferência do Governo nas questões internas da ADFA. Foi afirmado que um funcionário do MDN teria afirmado que se José Arruda não fosse eleito a ADFA deixaria de ter o apoio do MDN. Foi ainda dito que o assessor militar do 1º Ministro tentou impor a abertura de um novo Livro de Honra, na oportunidade da inauguração da Sede, para demarcar a "antiga" e a "no-

va" ADFA.

O presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional, Couceiro Ferreira, considerou que a AGN foi muito positiva, que queria fazer uma intervenção de fundo, mas que devido ao adiantado da hora o faria noutra oportunidade.

Afirmou no entanto que estamos a atravessar um momento difícil, que requer uma grande moderação, e que teremos de ponderar bem todos os problemas para não tomarmos atitudes precipitadas.

REVISÃO ESTATUTÁRIA

O presidente da MAGN informou que, sobre o an-

damento da Revisão Estatutária, pouco havia de novo, excepto o aparecimento de uma nova proposta de estatutos apresentada pelo Conselho Fiscal Central, incentivou os sócios para que colaborassem, afim de que fosse possível que os mesmos fossem aprovados numa AGN a realizar em Outubro

6ª CONFERÊNCIA

O presidente da Direcção Central, falou sobre a 6ª Conferência, e disse que a ADFA ficou como uma referência na sociedade portuguesa em matéria de legislação para antigos combatentes e vítimas de

guerra. Considerou no entanto que não foram criadas condições para uma mais ampla envolvimento nesta matéria por um mais alargado número de associados e que se iria realizar uma reunião onde o assunto seria discutido, para se fazer o ponto da situação e definir as nossas tarefas futuras no seio da FMAC.

Já se tinha ouvido o toque a recolher num quartel próximo, quando terminou esta grande maratona de cerca de 7,5 horas, que pôs à prova as capacidades intelectuais e físicas dos nossos sócios. Eram 21:50H quando o presidente da MAGN deu por encerrados os trabalhos.

IMPORTAÇÃO DE AUTOMÓVEIS

(de todas as marcas c/s caixa automática)

COM/SEM ISENÇÃO DE IMPOSTOS

(novos e usados)

Trata toda a documentação

Sra. Carolina Veiga

Telemóvel 0931251715 — Fax 495 65 07

AUTOMÓVEIS OPEL

MOD.	P.BASE	P.V.P.
CORSA		
SWING 1.2 3P	1.288.011.00	1.908.668.00
SPORT 1.4 3P	1.562.008.00	2.478.669.00
SWING 1.4 3P	1.512.008.00	2.420.669.00
SWING 1.5 D 3P	1.584.520.00	2.658.668.00
SWING 1.5 TD 5P	1.918.114.00	2.506.668.00
ASTRA		
1.4 GLS 4P	2.163.732.00	3.176.668.00
1.4 GLS 5P	1.955.973.00	2.935.668.00
1.7 GL 4P DIESEL	2.107.283.00	3.731.668.00
1.7 GLS T. DIESEL 4P	2.511.931.00	4.169.668.00
1.7 GL 5P DIESEL CAR.	2.207.283.00	3.847.668.00
1.7 GLS 5P T. DIESEL	2.618.828.00	4.293.668.00
VECTRA		
1.6 GLS 4P	2.419.966.00	3.865.668.00
1.7 TD 4P	3.366.241.00	5.160.668.00

AUTOMÓVEIS FIAT

MOD.	P. BASE	P. V. P.
UNO 45 3P	1.086.056.00	1.511.606.00
UNO 1.7 5P	1.328.891.00	2.788.395.00
UNO TURBO 5P	1.854.579.00	2.750.242.00
PUNTO 55 S 3P	1.150.542.00	1.657.765.00
PUNTO 55 S 5P	1.206.577.00	1.722.765.00
PUNTO 75 TDs 3P	1.563.341.00	3.062.599.00
TIPO 1.4 3P	1.548.489.00	2.402.950.00
TIPO 1.7 D 5P	1.736.617.00	3.263.599.00
TEMPRA 1.4	1.907.972.00	2.819.950.00
TEMPRA 1.9 TDs	2.609.336.00	5.068.745.00
TEMPRA 1.9 TDs SW	2.711.922.00	5.187.745.00
CROMA 1.9 TDs I. D.	2.979.163.00	5.497.744.00

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 5016, a partir das 20H00 para Alberto Pinto. Outras informações nas horas de expediente para os telfs.: 757 05 02; 757 05 83; 757 07 02.

O estimado sócio pode também pedir informações sobre: Citroën; Peugeot e Ford



EXPERIÊNCIA VIVA

Interessado no novo Renault Clio? É compreensível. Indeciso sobre qual a versão que mais lhe convém? Visite-nos e faça um ensaio do Renault Clio.

...e tudo se transforma



CARRO DO ANO 1991

RENAULT
Ao Ritmo da Vida

CONCESSIONÁRIO

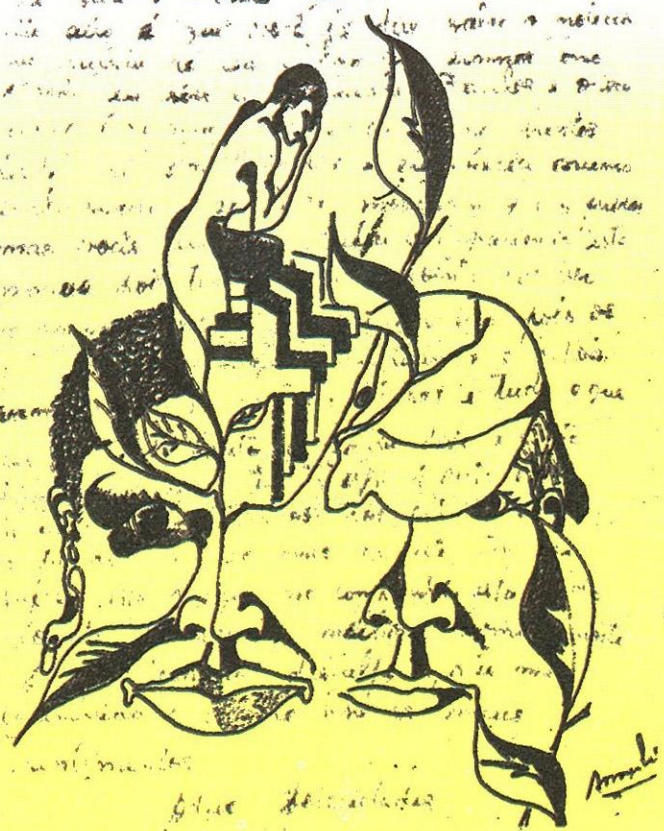
RENAULT PORTUGUESA (Sucursal)
Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900 Lisboa
Tels. (01) 856 14 00 Fax (01) 856 14 80

Encargos anuais mínimos 123.900\$00 (Clio 1.1) e máximos 132.930\$00 (Clio 1.4). Consumo 15.000 Kms 123.900\$00/132.930\$00; seguro obrigatório de responsabilidade civil 21.983\$00; impostos obrigatórios 2.840\$00/4.630\$00. Cálculos com base em gasolina Eurosupar. Nov/90.

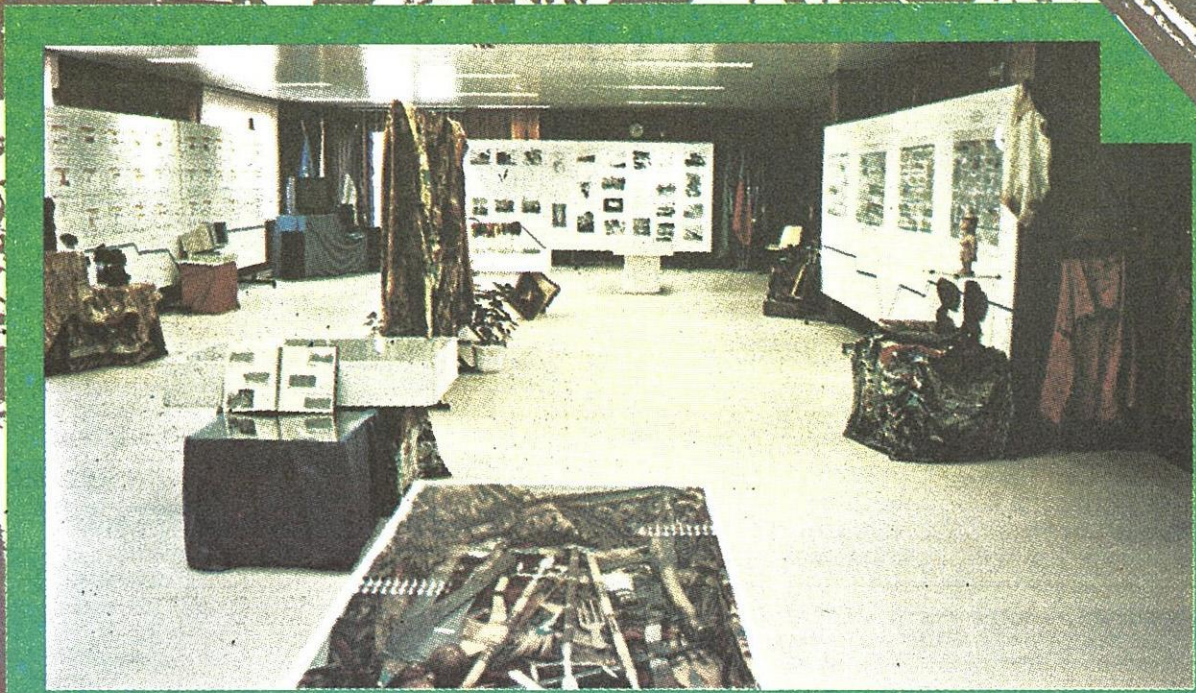
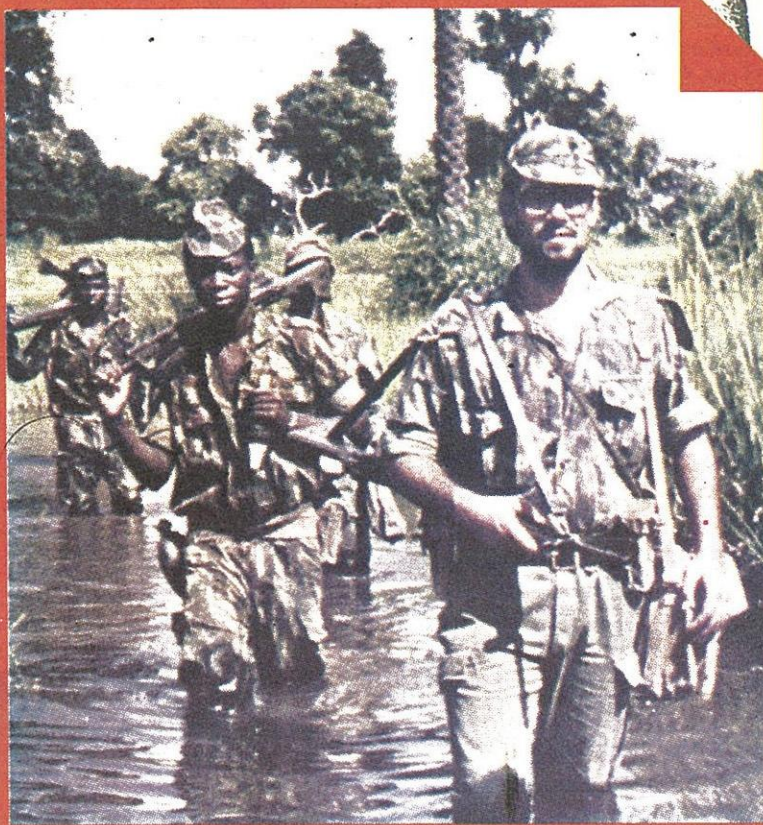
PUBLICIS/IESA

GUERRA COLONIAL

Uma História por contar...



Conhecer o Passado para Prevenir o Futuro!



AVIAO ABATIDO EM COMBATE
foi que restou de dois pilotos e um Mecânico
que morreram carbonizados

Panorâmica da exposição na sede da ADFA